

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

ROBERTA APARECIDA SOUSA DE OLIVEIRA

GESTÃO PÚBLICA E A AGRICULTURA FAMILIAR: Um estudo de caso dos impactos do Programa 2029 de Desenvolvimento Regional, Territorial, Sustentável e Economia Solidária nos usuários do Município de Matões do Norte- MA.

São Luís
2016

ROBERTA APARECIDA SOUSA DE OLIVEIRA

GESTÃO PÚBLICA E A AGRICULTURA FAMILIAR: Um estudo de caso dos impactos do Programa 2029 de Desenvolvimento Regional, Territorial, Sustentável e Economia Solidária nos usuários do Município de Matões do Norte- MA.

Monografia apresentada ao curso de Administração da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Me. Miguel Mubárack Heluy

São Luís
2016

Oliveira, Roberta Aparecida Sousa de.

Gestão Pública e a Agricultura Familiar : um estudo de caso dos impactos do Programa 2029 de Desenvolvimento Regional, Territorial, Sustentável e Economia Solidária nos usuários do Município de Matões do Norte - Ma / Roberta Aparecida Sousa de Oliveira. - 2016.

75 f.

Orientador(a): Prof. Me. Miguel Mubaráck Heluy.
Monografia (Graduação) - Curso de Administração,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

1. Agricultura. 2. Família. 3. Plano Brasil sem Miséria. 4. Qualidade de vida. 5. Segurança alimentar.
I. Heluy, Prof. Me. Miguel Mubaráck. II. Título.

ROBERTA APARECIDA SOUSA DE OLIVEIRA

GESTÃO PÚBLICA E A AGRICULTURA FAMILIAR: Um estudo de caso dos impactos do Programa 2029 de Desenvolvimento Regional, Territorial, Sustentável e Economia Solidária nos usuários do Município de Matões do Norte- MA.

Monografia apresentada ao curso de Administração da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Miguel Mubárack Heluy

1° Examinador

2° Examinador

DEDICATÓRIA

Á Deus, que iluminou meu caminho e proporcionou coragem e força para seguir em frente enfrentando todos os obstáculos durante o processo de graduação.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e por todas as bênçãos que me foram proporcionadas.

Aos meus pais que desde o início da minha educação escolar, sempre valorizaram meus conhecimentos.

A meu esposo que sempre me deu força para seguir adiante e sempre acreditou no meu potencial.

A meu filho, razão do meu viver e motivo para nunca desistir dos obstáculos da vida.

Ao meu orientador, professor Miguel Mubárack Heluy, pelo empenho e sabedoria.

Aos verdadeiros mestres do curso de administração da UFMA e da UNEB na Bahia, por me incentivarem na busca do conhecimento, sendo exemplo de competência, garra e disciplina.

Aos usuários do Programa 2029 que responderam ao questionário e em especial todos aqueles que contribuíram para a realização da pesquisa como Adenilson, Eliene e Jonatha, sem eles a conclusão do trabalho não seria possível.

A todos os colegas de curso que de alguma forma contribuíram para meu crescimento acadêmico, através de trabalhos em equipes e de experiências de vida.

E, a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a execução deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho trata de um estudo de caso no município de Matões do Norte - MA, que tem por finalidade identificar os impactos socioeconômicos na qualidade de vida dos usuários do Programa 2029 de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária. A abordagem teórica contemplou o breve histórico da agricultura familiar e sua importância, assim como as políticas voltadas para a agricultura familiar, o Plano Brasil sem Miséria e a caracterização do município de Matões do Norte - MA. Para a coleta de dados foi aplicado um questionário aos usuários do Programa e aos membros dos comitês Gestores do Município, ao Secretário de Agricultura e ao representante da CODEVASF e também foi realizada uma análise bibliográfica. Os resultados apontam que os usuários do programa estão satisfeitos com os *kits* de irrigação doados pelo programa. Constatou-se, ainda que, o nível de produção agrícola aumentou com a instalação dos *kits* de irrigação proporcionando segurança alimentar e comercialização dos excedentes produzidos. Esta iniciativa fez com que a renda dos produtores agrícolas aumentasse permitindo, assim a melhoria na qualidade de vida.

Palavras-Chave: Agricultura. Família. Qualidade de vida. Plano Brasil sem Miséria. Segurança alimentar.

ABSTRACT

This paper is a case study in the North Matões - MA, which aims to identify the socio-economic impacts on the quality of life for users of the 2029 program of regional development, sustainable territorial and solidarity economy. The theoretical approach included the brief history of family farming and its importance, as well as policies for family farming, the Brazil without Poverty Plan and the characterization of the North Matões – MA. For data collection was a questionnaire to users of the program and members of the City Managers committees, the Secretary of Agriculture and the representative of CODEVASF and was also carried out a literature review. The results show that the program's users are satisfied with the irrigation kits donated by the program. It was found, although the level of agricultural production increased with the installation of irrigation kits providing food security and marketing of the produced surplus. This initiative led to the income of farmers increased, thus allowing the improvement in quality of life.

Keywords: Agriculture. Family. Quality of life. Plan Brazil without Poverty. Food security.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1	Agricultura familiar, segundo as variáveis selecionadas – Brasil/2006	17
Quadro 1	Relação dos kits de irrigação doados aos agricultores familiares pelo Programa 2029	27
Figura 1	<i>Kits</i> de irrigação instalados	28
Figura 2	<i>Kits</i> de irrigação	29
Tabela 2	População total, por Gênero, Rural/Urba – Matões do Norte – MA	30
Tabela 3	Renda, pobreza e desigualdade – Matões do Norte – MA	31
Gráfico 1	Despesas e receitas orçamentárias	31
Gráfico 2	Produto Interno Bruto	32
Tabela 4	População do estudo <i>versus</i> respondentes	36
Tabela 5	Dados sóciodemográficos dos usuários do Programa 2029 de Matões do Norte – MA, 2016 (n=20)	38
Gráfico 3	Número de dependentes	39
Gráfico 4	Tipo de construção das casas e situação da propriedade	40
Gráfico 5	Tipo de abastecimento de água	41
Gráfico 6	Destino do lixo, escoamento sanitário e tipo de iluminação	42
Quadro 2	Produtos comercializados pelos beneficiários dos kits de irrigação de Matões do Norte	42
Figura 3	Feira de produtos e economia solidária	44
Gráfico 7	Satisfação dos agricultores com a equipe do Programa 2029	45
Gráfico 8	Renda mensal da família	45
Gráfico 9	Saúde e Educação	46
Gráfico 10	Identificação de empréstimos	46
Figura 4	Agricultores familiares	47
Quadro 3	Ações e efetividade	48
Gráfico 11	Dados estatísticos de educação/ Taxa de analfabetismo	52

Gráfico 12	Distribuição e estimativa da população por faixa etária, segundo local de residência	53
Quadro 4	Percentual dos jovens rurais em relação ao total de jovens entre 1970 e 2010 na região Nordeste (%)	53
Quadro 5	Renda per capita e aumento percentual dos agricultores familiares após implantação dos kits de irrigação	55
Tabela 6	Destino do lixo	56
Tabela 7	Recursos do PRONAF	57
Tabela 8	Evolução de municípios atendidos pelo PRONAF	58

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	AGRICULTURA FAMILIAR, PLANO BRASIL SEM MISÉRIA, QUALIDADE DE VIDA NO MEIO RURAL E O MUNICÍPIO DE MATÕES DO NORTE - MA	13
2.1	Agricultura familiar	13
2.1.1	Breve Histórico Brasileiro.....	13
2.1.2	Conceito, Caracterização e Importância da Agricultura Familiar Brasileira.....	16
2.1.3	Políticas Públicas Voltadas para a Agricultura Familiar	19
2.2	Qualidade de vida no meio rural.....	21
2.3	Plano Brasil Sem Miséria	23
2.4	A CODEVASF.....	24
2.4.1	Instalação dos <i>Kits</i> de Irrigação	26
2.4.2	A tecnologia de Irrigação por gotejamento acessível para a agricultura familiar.....	28
2.5	O Município de Matões do Norte – MA	30
3	METODOLOGIA	33
3.1	Coleta de dados.....	34
3.2	População e amostra.....	35
3.3	Ambiente da pesquisa.....	36
4	RESULTADOS DA PESQUISA.....	38
4.1	Principais Produtos Geradores de Renda Oriunda da Agricultura Familiar	42
4.2	Nível de Satisfação dos Produtores Familiares com o Programa 2029, Identificação da Renda, Mensuração da Educação e Saúde e Empréstimos dos Agricultores.	44
4.3	Perguntas direcionadas aos gestores municipais, aos membros dos comitês e ao representante da CODEVASF	47
5	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	51
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
6.1	Limitações do estudo e sugestões.....	61
	REFERÊNCIAS	62
	APÊNDICES	67

1 INTRODUÇÃO

Após meados da década de 90 houve a organização da agricultura familiar, fomentando assim uma política de incentivo do governo Federal com a criação de Programas em prol dos agricultores familiares.

O Plano do Governo Federal Brasil sem Miséria, foi instituído pela Presidência da República através do Decreto Lei nº 7.492 de 2 de Junho de 2011, com a finalidade de promover a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre. Este plano visa proporcionar a essa população a elevação de renda, ampliar o acesso aos serviços públicos e as oportunidades de ocupação e renda através de ações produtivas. Dentro deste plano está incluído o Programa 2029 de Desenvolvimento Regional, Territorial, Sustentável e Economia solidária que visa fortalecer e promover ações produtivas no meio Rural.

A partir da implantação do Programa 2029 do governo Federal no Município de Matões do Norte – MA, foi possível identificar os impactos sofridos pela população do meio rural, especialmente, agricultores familiares. Este Programa inclui ações de distribuição de *Kits* de Irrigação para apoiar e desenvolver mecanismos da agricultura familiar, visando proporcionar um aumento na produtividade dos agricultores familiares localizados no presente município.

Como justificativa deste estudo buscou-se evidenciar a relevância social de um programa de governo na geração de melhorias na qualidade de vida de uma população. As diversas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar visa proporcionar benefícios para os agricultores familiares de forma que possa garantir a segurança alimentar e nutricional e posteriormente o aumento de renda provenientes da produção nas propriedades dos agricultores. Por isso é de extrema importância considerar o papel da gestão pública na Agricultura Familiar, e como os estímulos dados a essa área podem influenciar no desenvolvimento socioeconômico e na qualidade de vida de determinada população.

Este trabalho buscou identificar: A implantação do programa de Governo de desenvolvimento regional, territorial e economia solidária impactaram na mudança socioeconômica dos usuários do programa no Município de Matões do Norte?

O objetivo geral foi identificar o impacto socioeconômico do Programa 2029 do Governo Federal na qualidade de vida dos usuários localizados no município de Matões do Norte – MA. Apresenta também os seguintes objetivos específicos: Descrever o Programa 2029 de Desenvolvimento Regional, Territorial, sustentável e Economia Solidária do Governo Federal, levando em consideração os critérios de seleção dos usuários do Programa; Caracterizar os usuários do programa 2029 do município de Matões do Norte antes e depois da implantação deste programa do governo federal, identificando os principais produtos geradores de renda oriundos da agricultura Familiar; Medir o grau de satisfação dos usuários do programa e o impacto socioeconômico gerado na qualidade de suas vidas.

Este estudo buscou resolver os questionamentos propostos, através de uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem quantitativa e qualitativa. A estrutura deste trabalho segue com embasamento teórico, metodologia, resultados, Interpretação de dados, considerações finais e as limitações do estudo.

No referencial teórico a fim de oferecer suporte para o estudo em questão fez-se necessário uma revisão literária sobre a agricultura familiar e sua importância para o desenvolvimento da população Brasileira. Em seguida expõem-se sobre o Plano Brasil Sem Miséria que serviu como base de informações para o desenvolvimento deste trabalho, pois o Programa 2029 é um dos desdobramentos deste Plano do eixo de inclusão Produtiva. Falar sobre a qualidade de vida no meio rural também é de suma importância para a compreensão do trabalho e por fim caracterizar o Município de Matões do Norte com relação aos dados socioeconômicos de sua população. Estas informações serviram como referência de comparação para o desenvolvimento das comunidades em estudo.

O trabalho delimitou-se na coleta de dados de duas comunidades beneficiárias do Programa 2029: A comunidade Palmeiral 1 e Agro Alegre 2, ambas situadas no município de Matões do Norte.

Nos resultados da pesquisa a tabulação de dados foi feita através da exposição de tabelas, quadros, gráficos e fotografias.

Na Interpretação dos dados buscou-se fazer uma análise comparativa relacionando informações mais abrangentes a cerca de dados sociodemográficos de populações do meio rural, especialmente na região nordeste, com as comunidades pesquisadas no Município de Matões do Norte.

2 AGRICULTURA FAMILIAR, PLANO BRASIL SEM MISÉRIA, QUALIDADE DE VIDA NO MEIO RURAL E O MUNICÍPIO DE MATÕES DO NORTE-MA.

A fim de oferecer suporte às análises que serão realizadas no estudo em questão, faz-se necessária uma revisão literária sobre o Plano Brasil sem Miséria, Agricultura Familiar e as Políticas Públicas voltadas para a agricultura familiar. Além disso, é de suma importância caracterizar os usuários do programa 2029 residentes município de Matões do Norte – MA antes da implantação do Programa do Governo Federal.

2.1 Agricultura Familiar

A agricultura familiar é um dos principais setores da economia brasileira que leva comida à mesa para milhares de brasileiros, Cerca de 70% de todos os alimentos consumidos provem da colheita familiar, segundo dados do Ministério de Desenvolvimento Agrário (2015).

Sendo assim, o pequeno agricultor brasileiro ocupa papel decisivo na cadeia produtiva que abastece o mercado brasileiro.

Segundo Lamarche (1993 *apud* WANDERLEY 2003) os agricultores familiares vêm de uma tradição em que os fundamentos são centrados na família. As características familiares estão tanto na forma de produzir quanto no modo de viver.

Em contrapartida estes mesmos agricultores devem adaptar-se às condições modernas de produzir e de viver em sociedade.

2.1.1 Breve Histórico Brasileiro

A agricultura familiar no Brasil, segundo Prado Junior (1979, p.120) foi marcada pelas origens coloniais da economia e da sociedade brasileira. A grande propriedade foi acompanhada pela monocultura e pela escravidão características estas que se completam.

Vários ciclos econômicos associados durante séculos a formas particulares de latifúndio podem ser lembrados a exemplo do açúcar e café.

Para Oliveira (2007 *apud* LIMA, 2008) os colonizadores vieram ao Brasil, com o objetivo primordial de enriquecimento rápido baseado na exploração de recursos naturais e do trabalho servil (indígena num primeiro momento e escravos de origem africana num segundo período).

Em 1888 surge a pequena propriedade rural com a chegada dos imigrantes europeus, principalmente, alemães e italianos viabilizada pela distribuição das colônias nos territórios estaduais onde o café foi a principal atividade econômica indutora desse processo.

Conforme evidencia Silva (2003, p.31):

As duas últimas décadas do século XIX marcam o período da constituição do mercado de trabalho brasileiro com características capitalistas, formado por trabalhadores livres sem posses dos meios de produção, ou seja, os escravos recém-libertos, os trabalhadores livres nacionais da economia de subsistência e os imigrantes europeus (SILVA, 2003, p.31).

Segundo Wanderley (1996, p. 8) a grande propriedade sempre ocupou lugar relevante na história da economia brasileira, uma vez que sempre recebeu estímulo social expresso na política agrícola. Já a agricultura familiar sempre ficou em segundo plano, sendo um setor bloqueado e impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção.

No início dos anos 50 postulava-se a proposta de desenvolvimento nacional influenciadas pelos projetos nacionalistas de Getúlio Vargas. De acordo com as estratégias de desenvolvimento formuladas pela Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL, das nações unidas.

Postulava-se aí, que a indústria deveria liderar o processo de desenvolvimento econômico e que a agricultura caberia os papéis de financiar o esforço de substituição de importações (fornecendo as receitas cambiais necessárias via exportação de produtos primários), promover matérias-primas para a indústria nacional nascente e alimentar a crescente população urbana no País. (SILVA, 2003, p. 87)

O Brasil nos anos 50 do século XX enfrentava uma grande crise econômica no mercado interno de sua produção agrícola. Enquanto que nos países latino-americanos havia escassez de alimentos acompanhada de taxas de inflação crescente, a demanda mundial pelas culturas de exportações estava melhorando.

De acordo com Silva (2003, p.88) após meados da década de 60 inicia-se o processo de modernização da agricultura no Brasil. “Os setores progressistas” da

burguesia industrial tinham a necessidade de ampliar o mercado interno para garantir o consumo dos produtos das indústrias nascentes. Ainda de acordo com o Silva (2003):

Nos anos 60, um dos principais argumentos com o qual se procurava cooptar “Os setores progressistas” da burguesia industrial a apoiar uma Reforma agrária camponesa - era o da necessidade de ampliação do mercado interno para garantir o consumo dos produtos das indústrias nascentes.

Este modelo desenvolvimentista que caracterizou a agricultura brasileira, após os anos 60 provocou uma grande concentração de terra e renda na área rural, marginalizando do processo grande parte da população.

Mattei (2001 *apud* LIMA 2008, p.1) aponta que “A modernização levou o condicionamento do setor rural aos interesses do setor urbano e conseqüentemente, ao endividamento do pequeno produtor”.

Este endividamento se deu por conta do aumento da produção dos produtos agrícolas e a queda dos preços pagos por eles, enquanto que os insumos industrializados tornaram-se cada vez mais caros.

Durante o processo de modernização da agricultura brasileira, as políticas públicas para a área rural, em especial a política agrícola, privilegiaram os setores mais capitalizados e a esferas produtivas das commodities voltadas ao mercado internacional, com o objetivo de fazer frente aos desequilíbrios da balança comercial do país. Para o setor da produção familiar, o resultado dessas políticas foi altamente negativo, uma vez que grande parte desse segmento ficou à margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola, sobretudo nos itens relativos ao crédito rural, aos preços mínimos e ao seguro da produção. (MATTEI, 2006. p. 13)

Mattei (2006) ainda ratifica que, até o início da década de noventa não existia nenhum tipo de política especial para o segmento da agricultura familiar, sendo esta atividade, tratada de distintas formas (pequena produção, produção familiar, produção de subsistência).

O processo de modernização no meio rural ocasionou significativas alterações na estrutura agrária brasileira. Verificou-se a migração campo-cidade de famílias que perderam os meios de produção de onde tiravam as fontes essenciais para a sobrevivência.

Essa migração campo-cidade acarretou o inchaço dos centros urbanos, especialmente da periferia das grandes cidades, além de determinar nova função ao meio rural que passou a comportar-se como fonte de força de trabalho para o meio urbano. (LIMA, 2008, p. 33).

A partir de meados da década de 90, em decorrência do contexto macroeconômico da reforma do estado, do processo de descentralização e da organização da agricultura familiar, foram elaboradas e implantadas no Brasil, as políticas públicas em prol dos agricultores familiares.

2.1.2 Conceito, Caracterização e Importância da Agricultura Familiar Brasileira.

O uso do conceito de agricultura familiar no Brasil é relativamente novo. Vários têm sido os conceitos adotados passando pelas noções de campesinatos, agricultura de subsistência, pequena produção, agricultura de baixa renda, pequena agricultura, economia familiar, entre outras.

Segundo Wanderley (1999, *apud* LIMA 2008, p. 35) a agricultura familiar é entendida como aquela em que a família ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo.

Para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a agricultura familiar é uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho, são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente pelo trabalho assalariado (BRASIL, 2015).

De acordo com a Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I. Não detenha, a qualquer título, área maior que quatro módulos fiscais;
- II. Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III. Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV. Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família; (BRASIL,2006).

Tabela 1 - Agricultura Familiar, segundo as variáveis selecionadas – Brasil/2006

VARIÁVEIS SELECIONADAS	AGRICULTURA FAMILIAR - LEI 11.326	NÃO FAMILIAR
PRODUÇÃO VEGETAL		
ARROZ EM CASCA		
Estabelecimentos	354 677	41 951
Quantidade Produzida (Kg)	3 199 460 329	6 247 796 383
Área colhida (Ha)	1 167 376	1 242 213
Valor de Produção (R\$)	1 414 740 013	2 615 404 728
FEIJÃO- PRETO		
Estabelecimentos	242 398	26 620
Quantidade Produzida (Kg)	531 637 055	160 899 824
Área colhida (Ha)	639 512	124 911
Valor de Produção (R\$)	378 617 041	116 504 973
FEIJÃO DE COR		
Estabelecimentos	411 963	50 417
Quantidade Produzida (Kg)	697 231 567	597 074 955
Área colhida (a)	1 015 718	409 130
Valor de Produção (R\$)	557 814 212	508 988 359
FEIJÃO FRADINHO, CAUPI, DE CORDA OUMACAÇAREM GRÃO		
Estabelecimentos	706 323	75 711
Quantidade Produzida (Kg)	939 931 471	182 207 996
Área colhida (Ha)	1 855 299	283 126
Valor de Produção (R\$)	780 120 429	156 704 791
MANDIOCA		
Estabelecimentos	753 524	78 665
Quantidade Produzida (Kg)	13 952 605 062	2 141 336 546
Área colhida (Ha)	2 418 155	283 947
Valor de Produção (R\$)	3 254 035 260	432 596 260
MILHO EM GRÃO		
Estabelecimento	1 795 248	234 874
Quantidade Produzida (Kg)	19 424 085 538	22 857 714 137
Área colhida (Ha)	6 412 137	5 312 225
Valor de Produção (R\$)	5 344 665 578	6 017 976 565
SOJA		
Estabelecimento	164 011	51 966
Quantidade Produzida (Kg)	6 404 494 499	34 308 188 589
Área colhida (Ha)	2 707 649	12 939 342
Valor de Produção (R\$)	2 891 786 309	14 249 698 227
TRIGO		
Estabelecimento	23 542	10 485
Quantidade Produzida (Kg)	479 272 647	1 778 325 050
Área colhida (Ha)	323 922	976 086
Valor de Produção (R\$)	187 652 912	716 790 517
CAFÉ ARÁBICA EM GRÃOS (VERDE)		
Estabelecimento	193 328	48 309
Quantidade Produzida (Kg)	645 340 928	1 244 377 597
Área colhida (Ha)	513 681	778 611
Valor de Produção (R\$)	2 231 728 778	5 124 878 374
CAFÉ CANEPHORA (ROBUSTA, CONILON) EM GRÃO (VERDE)		
Estabelecimento	82 185	15 523
Quantidade Produzida (Kg)	259 180 331	211 857 088
Área colhida (Ha)	253 437	142 125
Valor de Produção (R\$)	624 106 515	586 220 783

Fonte: IBGE, 2006

De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE em 2006, a agricultura familiar no Brasil conta com 4 727 902 estabelecimentos de produção vegetal, o que representa 88,16% dos estabelecimentos brasileiros contra 634.521 estabelecimentos não familiares, o que corresponde a 11,83%.

A agricultura familiar tem grande contribuição para produção agrícola brasileira. De acordo com o censo agropecuário do IBGE 2006, a agricultura familiar, em algumas produções, é responsável por mais da metade da produção nacional brasileira quando comparadas a agricultura não familiar. Como exemplo disso tem-se a produção de mandioca que equivale a 87% da produção nacional, O Feijão, de um modo geral, com a produção equivalente a 70% e ainda o café *Canephora* com 55% da produção nacional. (TABELA 1)

A seguir, a tabela com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística com o Censo de 2006:

A agricultura familiar no Brasil, segundo dados do Ministério de Desenvolvimento Agrário, trabalha com sistemas de policultivos, manejando assim diversas espécies agrícolas. Wanderley (2001, p.8) relata que:

Pode-se formular, a este respeito, a hipótese de que parte significativa da diversificação econômica e da pluriatividades tem origem nas famílias agrícolas. A pluriatividade, neste sentido, não constitui necessariamente um processo de abandono da agricultura e do meio rural. Frequentemente- e diria mesmo, cada vez mais- a pluriatividade expressa uma estratégia familiar adotada, quando as condições o permitem, para a permanência no meio rural e os vínculos mais estreitos com o patrimônio familiar.

Sendo, assim, a agricultura familiar é um sistema econômico de produção e de consumo, onde Lima (2008, p.47), também comenta que:

O fortalecimento das cadeias produtivas, entretanto, não poderia passar sem a presença da agricultura familiar. Para isso, necessário se faz que os governos de estados invistam em diversos programas voltados para a modernização, capacitação e ampliação da atividade agropecuária, a exemplo de culturas como algodão, mandioca, sisal, citros, olerícolas, apicultura, floricultura, ovinocaprinocultura, bem como todos os outros originários da agricultura familiar.

Nota-se, assim, que a agricultura familiar tem importante papel social e econômico na vida dos agricultores, mas sua sobrevivência no mundo globalizado é incerta.

Campelo (2013, p.869), corrobora que a globalização torna o processo de formulação de políticas públicas mais complexas, por estarem em jogo, agora em cada país, interesses internacionais representados por forças sociais com um forte poder de interferência nas decisões quando essas não são diretamente ditadas por organismos multilaterais.

A agricultura familiar em alguns casos apresenta-se, de forma desorganizada e com dificuldades de promover seus próprios interesses, sendo necessária a promoção de políticas públicas voltadas para este setor que sejam capazes de alterar os rumos da produção familiar.

2.1.3 Políticas Públicas Voltadas Para a Agricultura Familiar

De acordo com a literatura, durante um longo tempo, provavelmente até o século XX, não houve empenho no desenvolvimento e na geração de políticas públicas para esse segmento da sociedade, que foi considerado de modo geral, como um peso para o poder público e não como um parceiro aliado no processo de desenvolvimento nacional.

Segundo Mattei (2006, p.13) com a promulgação da constituição de 1988, ocorreu um reordenamento do Estado Brasileiro, onde foi priorizada a descentralização de ações estatais e introduziram mecanismos de gestão social de políticas públicas. Foi possível então democratizar o acesso dos beneficiários aos recursos públicos. Este movimento conduziu a um aumento de conselhos gestores, tanto de políticas setoriais como das políticas gerais de desenvolvimento nas esferas federal, estaduais e municipais.

Para Lima (2008, p. 36) a necessidade de intervenção estatal, frente a sociedade organizada num cenário de exclusão social e o fortalecimento de movimentos sociais rurais foram fatores que motivaram a criação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

Neste cenário foi criado o PRONAF, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que de acordo com Mattei (2006,p.15) tal criação representa a legitimação, por parte do estado, de uma nova categoria social que são os agricultores familiares.

O PRONAF foi instituído pelo decreto Nº. 1 946 de 28 de Julho de 1996 e tendo sua atual estrutura regulamentada pelo decreto Nº. 3 991, de 30 de Outubro

de 2001, tem como responsável o Ministério de Desenvolvimento Agrário. Este Ministério promove o desenvolvimento sustentável do meio rural, por intermédio de ações destinadas a implementar o aumento da capacidade produtiva, aumento de renda, geração de empregos e melhoria da qualidade de vida e exercício da cidadania dos agricultores familiares.

De acordo com o decreto Nº 3 991, de 30 de Outubro de 2001, o PRONAF poderá segundo o art 3º:

- I - Negociar e articular políticas e programas junto a órgãos setoriais dos governos federal, municipais e estaduais que promovam a melhoria da qualidade de vida dos agricultores e suas famílias;
 - II - Promover a capacitação dos agricultores familiares com vistas à gestão de seus empreendimentos;
 - III - Disponibilizar linhas de créditos adequadas às necessidades dos agricultores familiares;
 - IV - Contribuir para a instalação e melhoria da infraestrutura pública e comunitária de apoio às atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares;
 - V - Apoiar as ações de assistência técnica e extensão rural e a geração de tecnologias compatíveis com as características e demandas da agricultura familiar e com os princípios de sustentabilidade;
 - VI - Estimular a agregação de valor aos produtos e serviços das unidades de base familiar, contribuindo para sua inserção no mercado e a ampliação da renda familiar;
 - VII - Apoiar a criação de fóruns municipais e estaduais representativos dos agricultores familiares para a gestão integrada de políticas públicas;
- (BRASIL,2001).

De acordo com os princípios do PRONAF, o eixo fundamental de amadurecimento da democracia se dá por meio dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e Sustentável - CMDRs.

No espaço destes conselhos, o agricultor familiar tem, por meio de seus representantes, bem como de diferentes segmentos sociais que atuam nos municípios, a possibilidade de discussão dos problemas existentes, no intuito de identificar as alternativas de solução a partir de suas próprias experiências, necessidades e prioridades. (LIMA, 2008, p.38)

Em análise feita por Sachs (2001, *apud* LIMA 2008, p.39), o Pronaf sinaliza pela primeira vez a preocupação dos poderes públicos com a agricultura familiar, rompendo com a prática do apoio exclusivo à agricultura patronal e ao agronegócio.

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA foi também criado pelo governo federal e regulamentado por meio da Lei 10.696, de 2 de julho de 2003, o que representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implantação se dá por

meio de um convênio formalizado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), Estados e Municípios. Este programa possibilita a aquisição de produtos de agricultores familiares para beneficiar pessoas em situação de vulnerabilidade social, insegurança alimentar e nutricional.

Com o programa de aquisição de alimentos muitos agricultores familiares são beneficiados, pois os estados, municípios e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) compram os produtos dos agricultores com recursos financeiros do governo Federal.

2.2 Qualidade de vida no meio Rural

Definir com precisão o que é qualidade de vida e sua contribuição para o bem estar de um indivíduo ou de um grupo é arriscado e sempre polêmico.

A literatura sobre qualidade de vida tem direcionado esta expressão ao desenvolvimento econômico, à preservação ambiental e à melhoria das condições de vida.

Herculano (1998) aborda a qualidade de vida como um instrumento sociológico, um novo campo não só de estudos, mas de intervenções, que estaria definido pelo estudo substantivo, descritivo e normativo, das condições de vida social, econômica e ambiental.

Para Buarque (1993, p.1), a qualidade de vida dos povos das sociedades antigas estava em não ser ameaçados pelos deuses, pelos inimigos e pelas intemperes naturais: A vida era a rotina, a qualidade dela era não quebrar a rotina.

Jannuzzi (2004, p. 19), ressalta que o conceito de condições de vida poderia ser operacionalmente traduzido como o nível de atendimento das necessidades básicas para a sobrevivência e reprodução social da comunidade.

Assim, uma pessoa pertencente a uma classe social baixa, deverá considerar o conceito de qualidade de vida como o atendimento de suas necessidades básicas imediatas tais como alimentação, saúde, moradia e educação. Já para a classe média, além do atendimento das necessidades básicas exigirá também serviços complementares como: lazer, áreas verdes, saneamento adequado, baixos níveis de poluição, segurança e transporte.

Em algumas revistas especializadas o conceito de qualidade de vida tem o foco na saúde, elas tratam do tema evidenciando os aspectos humanos de bem

estar como: a questão do estresse, a necessidade de atividade física e a importância de uma alimentação balanceada.

Conforme Barbosa (1996) é possível entender a qualidade de vida como “o somatório das condições objetivas e subjetivas do ser, expressas no cotidiano dos indivíduos em decorrência de macro e micros transformações socioambientais que a sociedade atravessa”. Para a autora, o conceito de qualidade de vida pode ser visto por meio de três eixos:

Um primeiro eixo diz respeito à satisfação e acesso a bens básicos como educação, transporte, emprego, alimentação, saneamento ambiental adequado, serviços de saúde etc., e à qualidade de acesso a estes bens, como sistema de educação e saúde eficientes e que atinjam seus objetivos; sistema de transporte coletivo satisfatório; alimentação e salários condizentes com as necessidades dos indivíduos e de sua família. O segundo eixo diz respeito ao acesso dos bens fundamentais para a complementação da vida dos indivíduos como cultura; lazer; relações afetivas e sexuais plenas; relações familiares fundamentais; relações com a natureza; relações plenas com o trabalho. E, por último, o terceiro eixo, denominado de bens éticos e políticos por compreender o acesso às informações que dizem respeito à vida do cidadão, colocadas de forma clara e objetiva, a participação política e o envolvimento nas causas coletivas, participação na gestão local e cidadania (BARBOSA, 1996, p. 150).

Jannuzzi (2002, p. 70), destaca, ainda, a importância da participação e do controle social nas definições das atividades sócio políticas, a fim de legitimá-la perante a sociedade, garantindo o compromisso dos agentes implementadores de potencializar a efetividade social almejada pelas políticas públicas, uma vez segundo o autor, “as decisões públicas são sempre difíceis, já que os recursos são em geral sempre insuficientes para atender a totalidade dos problemas”.

2.3 Plano Brasil Sem Miséria

O Plano Brasil Sem Miséria foi instituído pelo Decreto Lei Nº 7.492, de 2 de Junho de 2011, que pretende beneficiar a população de extrema pobreza de todo território nacional, por meio da integração e articulações de políticas, programas e ações (BRASIL, 2011).

Este programa é coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e combate á fome – MDS e tem como objetivo retirar da situação de extrema pobreza 16,2 milhões de pessoas, ou seja, famílias que vivem com renda de até R\$ 77,00

por pessoa, considerando o rendimento nominal mensal domiciliar. Desse total, segundo dados do MDS, 59% vivem na região Nordeste.

O plano Brasil Sem Miséria representa um importante passo em direção à melhoria da qualidade de vida da população alvo, em especial do semiárido nordestino.

O acesso das pessoas aos programas sociais do Governo Federal se dá por meio de um Cadastro Único. Ele é um instrumento que identifica e caracteriza famílias de baixa renda que são entendidas como aquelas que possuem renda de até meio salário mínimo e renda mensal total de até três salários mínimos (BRASIL, 2007).

O cadastro único permite conhecer a realidade socioeconômica das famílias, traz informações acerca das características dos domicílios, do acesso aos serviços públicos essenciais, além de possuir um banco de dados com informações sobre cada membro da família. Através do cadastro único o poder público pode formular e implementar políticas específicas, que contribuem para a redução das vulnerabilidades sociais a que as famílias estão expostas. Através destes dados coletados em um Cadastro Único do governo Federal é possível que tanto os governos estaduais como municipais obtenham um diagnóstico socioeconômico destas famílias para que posteriormente desenvolva políticas sociais locais (MARTINS, 2013).

O Plano Brasil Sem Miséria possui três eixos de atuação: garantia de renda; acesso a serviços públicos e inclusão produtiva. No eixo de garantia de renda tem-se o Programa Social Bolsa Família e benefícios de prestação continuada. No âmbito de acesso a serviços públicos inclui os programas nas áreas de educação, saúde, assistência social e segurança alimentar. No eixo de inclusão produtiva a atuação se dá no meio rural e urbano (MARTINS, 2013).

O programa de desenvolvimento Regional, Territorial e Sustentável, que se inclui no eixo de Inclusão Produtiva, é um dos desdobramentos do Plano Brasil Sem Miséria. Este programa está sob a coordenação do Ministério da Integração Nacional – MI, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional – SDR e tem a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF como uma das instituições executoras, em parceria com entidades Federais, Estaduais, Municipais, terceiro setor e sociedade civil (MARTINS, 2013).

Das ações do Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial, Sustentável e Economia Solidária executada pela CODEVASF pode-se destacar articulações em nível Federal, Estadual e Municipal; capacitações; instalações dos *Kits* de produção; fiscalizações; monitoramentos e avaliações entre outras. (MARTINS, 2013).

2.4 A CODEVASF

A CODEVASF, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Integração Nacional, que promove o desenvolvimento sustentável das bacias hidrográficas dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim.

De acordo com o art. 4^a da lei nº 12.196, de 14 de Janeiro de 2010:

Art.4^aA CODEVASF tem por finalidade o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo dos vales dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim, diretamente ou por intermédio de entidades públicas e privadas, promovendo o desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários, podendo, para esse efeito, coordenar ou executar, diretamente ou mediante contratação, obras de infraestrutura, particularmente de captação de água para fins de irrigação, de construção de canais primários ou secundários, e também obras de saneamento básico, eletrificação e transportes, conforme Plano Diretor em articulação com os órgãos federais competentes (BRASIL, 2010).

Atualmente, a CODEVASF atua em Municípios dos estados de Alagoas, Bahia, Goiás, Distrito Federal, Pernambuco, Piauí, Sergipe e, mais recentemente no Ceará e Maranhão, por meio de oito Superintendências Regionais e com sede administrativa em Brasília. Sendo, assim, a CODEVASF compreende as bacias hidrográficas dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim conforme a lei nº 12.196, sancionada em 14 de Janeiro de 2010.

A Companhia possui diversas atividades e entre elas encontra-se a mobilização de investimentos públicos para a construção de obras de infraestrutura. As principais obras executadas pela CODEVASF são a implantação de projetos de irrigação e de aproveitamento racional de recursos hídricos. Ela investe também, na aplicação de novas tecnologias, diversificação de culturas, recuperação de áreas ecologicamente degradadas, capacitação e treinamento de produtores rurais, assim

como na realização de pesquisas e estudos socioeconômicos e ambientais, entre outras ações. (CODEVASF,2015).

Para Cavalcante (2010, p.117) a CODEVASF deu início em 2004 a programas de estruturação de arranjos produtivos locais, APLs. Estes programas visam a exploração das potencialidades e vocações regionais e a organização de processos produtivos e de comercialização.

A CODEVASF, como agência governamental de desenvolvimento executa a competência Federal na gestão compartilhada do uso sustentável de recursos hídricos, e promove o aproveitamento hidroagrícola desses recursos para assegurar maior eficácia à ação do estado e maior estabilidade aos investimentos dos agentes privados (CODEVASF, 2001).

Os Programas e ações da CODEVASF têm como foco o desenvolvimento regional que incluem o apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APLs), o Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas, a execução do Programa Água Para Todos, entre outras iniciativas. Estas ações permitem que a Companhia crie novas perspectivas e oportunidades para a comunidade.

Cavalcante (2010) ainda salienta que a atuação da CODEVASF valoriza o capital humano e as Governanças locais por acreditar que estes são capazes de colaborar para o desenvolvimento local, contribuindo, assim para a melhoria das condições de vida da população, gerando emprego, renda e exploração racional e sustentável dos recursos naturais.

2.4.1 Instalação dos *Kits* de Irrigação

A instalação e distribuição dos *kits* de irrigação para as famílias de Matões do Norte – MA são ações do programa de desenvolvimento regional executado pela CODEVASF. O principal objetivo deste programa é incentivar as práticas associativas e a integração do pequeno produtor às cadeias produtivas (CODEVASF, 2015).

Por meio dos arranjos produtivos locais e do acesso à água em áreas rurais é possível a produção agrícola que visa a segurança alimentar e nutricional das famílias em situação de vulnerabilidade social.

O Programa Água para Todos, coordenado pelo Ministério da Integração Nacional começou a ser executado com ações de universalizações do acesso de

água para consumo com a instalação de cisternas nas propriedades dos agricultores. Este Programa também foi fundamental para a garantia de acesso à água para a produção agrícola (CODEVASF, 2015).

A principal estratégia do Programa de distribuição dos kits de irrigação é identificar as necessidades dos indivíduos e associações, bem como as vocações produtivas locais para que posteriormente sejam fomentadas as atividades produtivas na forma de Kits de produção. O cadastro único, base de dados que identifica e caracteriza famílias de baixa renda para Programas Sociais do Governo Federal, é um instrumento que permite conhecer as realidades socioeconômicas das famílias a serem contempladas pelo Programa (MARTINS, 2013).

As iniciativas de integração entre o programa água para todos e do Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial, Sustentável e Economia Solidária, ambos inseridos no Plano Brasil sem Miséria garantem a implantação de estrutura de produção e beneficiamento. Além destas iniciativas, convênios firmados entre a CODEVASF, Secretaria de Agricultura, BNDES e recursos oriundos do Orçamento Geral da União destinados a CODEVASF por emendas parlamentares contribuem para a aquisição de equipamentos e insumos, além de promoverem capacitações e mobilizações que favorecem a inclusão produtiva dos agricultores familiares. (MARTINS, 2013).

Das ações a serem empreendidas pela CODEVASF destacam-se a identificação das potencialidades produtivas da região, assim como a organização dos processos produtivos e de comercialização, a valorização do capital humano e da governança local e o maior comprometimento e empoderamento das lideranças regionais (CAVALCANTE, 2010).

Etapas necessárias para a implantação das ações do programa:

- Articulação municipal: Apresentação do programa para as prefeituras;
- Validação dos municípios e das atividades produtivas- CODEVASF/Ministério da Integração- Equipe técnica – superintendências e sede;
- Criação e/ou articulação dos comitês gestores municipais: Será necessária a inserção nesses comitês de representantes de entidades ligados à assistência técnica e extensão rural (Governo Federal, Estadual, Municipal e atividades afins);
- Validação do Cadastro Único: Os comitês gestores municipais criam comissões comunitárias que identificam e cadastram os beneficiários com potencial produtivo. Após isso submetem a aprovação do Comitê Gestor Municipal que validam ou não o cadastro e repassam a CODEVASF/MI para a aprovação e inserção na programação de capacitações e posterior implementação da ação. (CODEVASF, 2014).

Os *Kits* podem ser divididos em Familiares e Comunitários, como pode ser observado de acordo com o quadro 1:

Quadro 1 - Relação dos *Kits* de Irrigação doados aos agricultores familiares pelo Programa 2029.

KIT FAMILIAR E KIT COMUNITÁRIO

Kit 1 – Familiar – instalação do “kit de irrigação” em local distante 80m da fonte hídrica superficial .

Kit 2 – Familiar – instalação do “kit de irrigação” sem a necessidade de montagem de reservatório elevado.

Atividade recomendada: horticultura.

Kit 3 – Comunitário – área de 0,5ha, com disponibilidade de energia elétrica e fonte hídrica superficial .

Kit 4 – Comunitário – área de 0,5ha, sem disponibilidade de energia elétrica e fonte hídrica superficial.

Kit 5 – Comunitário – área de 0,5ha, com disponibilidade de energia elétrica e fonte hídrica subterrânea .

Kit 6 – Comunitário – área de 1,2ha, com disponibilidade de energia elétrica e fonte hídrica superficial .
Atividade recomendada: horticultura e fruticultura.

Obs.: os itens “*kit* de irrigação localizada (500m²)” e “caixa-d'água” não foram considerados no valor dos módulos.

Fonte: CODEVASF (2015)

2.4.2 A Tecnologia de Irrigação por Gotejamento Acessível Para a Agricultura Familiar.

A falta de água em muitas regiões brasileiras é um dos desafios de muitos governos para garantir a sobrevivência para muitas populações. A irrigação é uma das técnicas que tem como objetivo fornecer água para as plantas em quantidade suficientes e no momento certo para garantir a produtividade e a sobrevivência delas. Conforme salienta Sanches (2015) “Em tempos de crise hídrica qualquer coisa relacionada à água está sujeita a muitas críticas- até porque o consumo hídrico da cultura brasileira chega a 72% de toda água disponível para consumo”.

Para Sanches (2015) a agricultura brasileira é muitas vezes colocada como vilã na crise hídrica do Brasil, mas na verdade muitos produtores rurais buscam por novas tecnologias que além de beneficiá-los buscam não degradar o meio ambiente.

A tecnologia por gotejamento da Netafim é um dos exemplos de irrigação para economizar água até 33% e beneficia muitos agricultores o ano inteiro.

A tecnologia de irrigação adotada pelo Programa 2029 de Desenvolvimento Regional, Territorial, Sustentável e Economia Solidária foi da empresa multinacional Israelense, pioneira e líder mundial em irrigação localizada, a Netafim. Esta empresa criou as técnicas de irrigação por gotejamento e apresenta soluções direcionadas para todos os tamanhos de propriedades rurais, atendendo desde a agricultura familiar até grandes e complexos projetos. (NETAFIM, 2015).

O *Kif Net* é um *kit* que permite o acesso à tecnologia de irrigação por gotejamento. Este sistema é um método eficiente que proporciona um expressivo aumento de produtividade com economia de água. Devido a esse fato, é recomendado pelas principais organizações internacionais de agricultura sustentável.

Figura 1 - *Kits* de irrigação instalados



Fonte: Propriedade do agricultor familiar, Matões do Norte - MA

A instalação do *Kif Net* é simples e pode ser feita pelo próprio produtor agrícola. Dentre as vantagens desta tecnologia por gotejamento pode-se destacar um expressivo aumento de produtividade com economia de água, simples instalação, facilidade de operação e manutenção e, além disso, dispensa o uso de energia elétrica (NETAFIM, 2015).

Figura 2 - Kits de Irrigação



Fonte: Depósito da Secretaria de Agricultura Matões do Norte (2016).

2.5 O Município de Matões do Norte

O Município de Matões do Norte foi elevado à condição de município pela lei N° 6138 de 10 de Novembro de 1994, segundo dados do IBGE. Este município foi desmembrado de Cantanhede e São Mateus do Maranhão, possui uma área territorial de 794.651km². A Instalação do município aconteceu em 01 de janeiro de 1997.

A população do município entre os anos de 2000 e 2010 cresceu a um taxa anual de 6,38%, enquanto no Brasil o crescimento foi de 1,17%, no mesmo período. Nessa década, a taxa de urbanização do município passou de 29,24% para 33,92%. Em 2010 viviam no município 13.794 pessoas, mas segundo estimativas do IBGE, O município de Matões do Norte passará para 16.169 em 2015.

A tabela a seguir apresenta alguns dados populacionais do município:

Tabela 2 - População Total, por Gênero, Rural/Urba- Matões do Norte – MA

População	População (1991)	% do total (1991)	População em (2000)	% do total em (2000)	População em (2010)	% do total em (2010)
População total	10.235	100,00	7.435	100,00	13.794	100,00
Homens	5.155	50,37	3.831	51,53	7.241	52,49
Mulheres	5.080	49,63	3.604	48,47	6.553	47,51
Urbana		0,00	2.174	29,24	4.679	33,92
Rural	10.235	100,00	5.261	70,76	9.115	66,08

Fonte: adaptado do Atlas de Desenvolvimento Humano (2013).

O índice de desenvolvimento Humano (IDHM) de Matões do Norte é 0,533, em 2010, o que situa este município na faixa de desenvolvimento humano baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599). Em relação a renda *per capita* os dados mostram que houve crescimento de 160,87% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 80,50, em 2000 para R\$ 133,33, em 2010 (TABELA 3).

A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 96,03%, em 1991, para 87,65%, em 2000, e para 66,06%, em 2010 (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

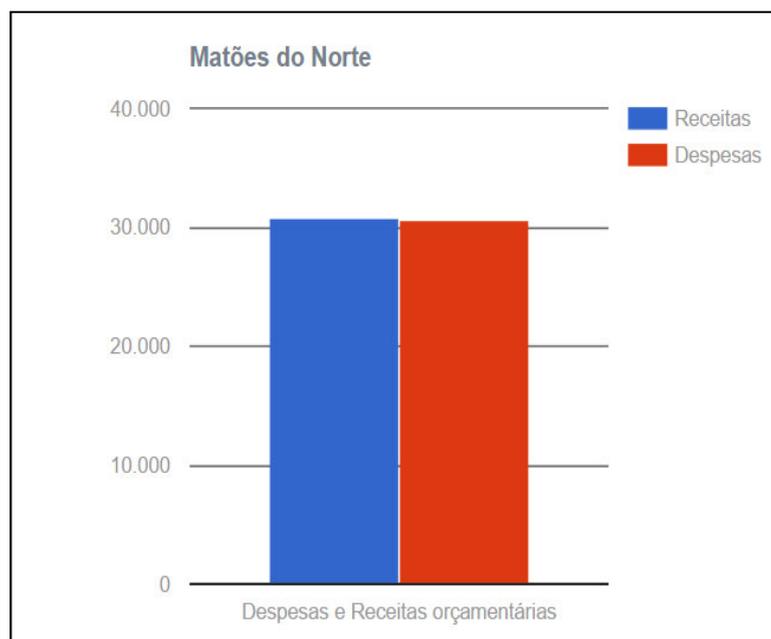
Tabela 3 - Renda, pobreza e desigualdade- Matões do Norte–Ma

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	51,11	80,50	133,33
% de extremamente pobres	79,75	64,77	41,86
% de pobres	96,03	87,65	66,06

Fonte: adaptado do Atlas de Desenvolvimento Humano (2013).

Com relação aos dados econômicos do município as despesas e receitas orçamentárias apresentam valores respectivamente a R\$ 30.722 e a 30.530 (GRÁFICO 1).

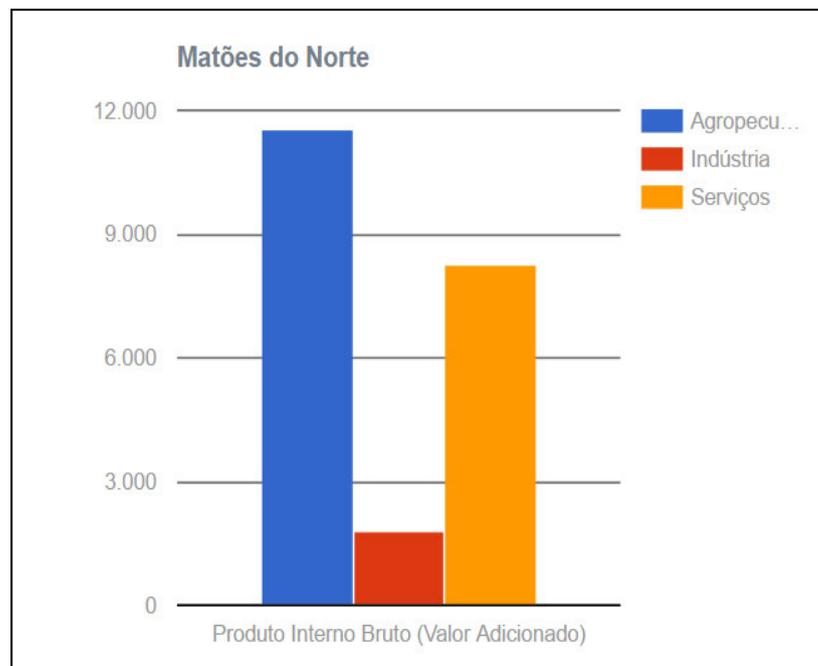
Gráfico 1 – Despesas e Receitas Orçamentárias



Fonte: IBGE (2014).

Com relação ao Produto Interno Bruto do Município cujas variáveis são agropecuária, indústria e serviços apresentam respectivamente os seguintes valores de 11.530, 1.770 e 8.255 (GRÁFICO 2).

Gráfico 2 – Produto Interno Bruto



Fonte: IBGE (2014).

3 METODOLOGIA

A pesquisa é uma atividade voltada para a investigação de problemas teóricos ou práticos por meio de processos científicos.

O Interesse e a curiosidade do Homem pelo saber levam-no a investigar a realidade sob os mais diversificados aspectos e dimensões. Cada abordagem ou busca admite níveis diferentes de aprofundamentos e enfoques específicos conforme o objeto de estudo, os objetivos visados e a qualificação do pesquisador (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007, p. 60).

No presente estudo foi adotada a metodologia descritiva exploratória, baseada na análise documental (legislação, relatórios, trabalhos técnicos e outros) e na descrição das características da população e do Município de Matões do Norte - MA.

Gil (2014, p.27) ressalta que, a pesquisa exploratória são as que representam menor rigidez no planejamento e as que fazem levantamentos bibliográficos, documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Enquanto que na pesquisa descritiva há um levantamento das características de um grupo, população, fenômenos e utilizam técnicas padronizadas de levantamentos de dados.

Será desenvolvido um trabalho de campo com o objetivo de coletar informações, direcionadas a agricultores das comunidades do Município Matões do Norte para o desenvolvimento da caracterização da agricultura familiar local, levando-se em consideração a identificação do perfil socioeconômico antes e após a implantação do programa 2029.

Para tanto se fez necessário aplicação de questionários com agricultores cadastrados no Programa 2029, técnicos, membros do comitê gestor municipal, Secretário de Agricultura Municipal e outros segmentos relacionados ao desenvolvimento local integrado e sustentável.

O encaminhamento metodológico da pesquisa foi feito com a busca bibliográfica das dimensões e das variáveis mais relacionadas com a qualidade de vida e políticas públicas voltadas para os agricultores familiares.

Para Cervo; Bervian e Da Silva (2007, p.60), a pesquisa biográfica constitui-se como estudo independente ou como parte de outras pesquisas. Em ambos os casos busca-se investigar as contribuições culturais e científicas do passado sobre determinado tema.

O método de análise da pesquisa será caracterizado por uma combinação entre a forma qualitativa e quantitativa. Na forma qualitativa buscará analisar os questionários aplicados com os agricultores, membros de comitês, secretário da agricultura e o representante da CODEVASF de forma a buscar opiniões com relação a implantação do programa. Além disso, serão levadas em consideração todas as observações identificadas pela pesquisadora no ambiente do estudo de campo. Na análise quantitativa haverá aplicação de questionários objetivos para agricultores, a fim de analisar dados através de métodos estatísticos.

De acordo com Neves (1996, p.1):

Na pesquisa qualitativa o foco de interesse é amplo, onde faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo. Na pesquisa qualitativa é comum que o pesquisador procure entender os fenômenos segundo as perspectivas dos participantes da situação estudada. E na pesquisa quantitativa, procura-se seguir com rigor um plano previamente estabelecido, além disso, busca enumerar e medir eventos e empregam-se métodos estatísticos.

O universo da pesquisa de campo será os agricultores do Município de Matões do Norte - MA que receberam os kits de irrigação do Governo Federal, os Gestores do município, os membros dos comitês Gestores do município e aos representantes da CODEVASF.

Os Recursos utilizados para a realização da pesquisa, além do próprio pesquisador que irá realizar a coleta de dados, um computador para a tabulação dos dados e informações e um carro para fazer o deslocamento até o município em estudo.

Após a coleta dos dados será feita a análise dos mesmos, por categorização e conteúdo, para então tabular os dados para serem apresentados em formas de gráficos, tabelas e quadros.

3.1. Coleta de Dados

Para a coleta de dados foram consultados diversos trabalhos bibliográficos, foi aplicados questionários com os usuários do programa, membros dos comitês Gestores do município, representante da CODEVASF e com o secretário de agricultura do município.

Análise bibliográfica: realizada em livros, artigos científicos publicados, teses, dissertações, slides de apresentações do acervo da CODEVASF, para compor o referencial teórico. Para compor a caracterização do programa antes e após a implantação dos kits de irrigação, também foi disponibilizado relatórios sobre a comercialização dos produtos dos agricultores familiares cedidos pela secretaria de agricultura do Município de Matões do Norte.

Questionário: O instrumento aplicado aos beneficiários do programa foi constituído de perguntas objetivas e subjetivas, tanto as questões aplicadas aos membros gestores do programa quanto a seus usuários. No questionário elaborado para os gestores municipais, membros dos comitês e ao representante da CODEVASF, foi constituído por três questões abertas e duas questões fechadas totalizando cinco questões.

O objetivo deste questionário foi de mensurar o grau de satisfação dos usuários do programa e o impacto socioeconômico gerado na qualidade de suas vidas. Já no questionário elaborado para os usuários do programa foi dividido em três partes: A primeira parte buscou identificar o perfil sócio demográfico das famílias com seis perguntas; a segunda parte buscou caracterizar os domicílios com sete perguntas e na terceira parte procurou avaliar o programa na qualidade de vida do agricultor familiar com oito perguntas totalizando vinte e uma questões.

3.2 População e Amostra

“Uma população é um grupo de pessoas que interessa entrevistar para o propósito específico de um estudo” (ROESCH, 2006, p.138). A população deste estudo foi caracterizada pelo total de usuários do programa 2029 que receberam os kits de irrigação no município de Matões do Norte- MA. Na data da pesquisa havia 70 kits de irrigação que foram distribuídos para 70 famílias.

A amostra não probabilística foi definida pelo critério de acessibilidade¹, sendo composta por 20 famílias beneficiárias do programa 2029.

Foram aplicados vinte questionários com os representantes das famílias usuárias do programa 2029 que se encontravam nas comunidades Agro Alegre 2 e Palmeiral 1 no município de Matões do Norte - MA. Além destes, responderam

¹ Critério de acessibilidade: “Longe de qualquer procedimento estatístico, seleciona elementos pela facilidade de acesso a eles”. (VERGARA, 2005, p. 51.).

questionários: o representante da CODEVASF, o Secretário Municipal de Agricultura e dois membros do Comitê Gestor Municipal. (TABELA 4)

Os Questionários foram aplicados individualmente no período de 20 a 23 de maio e o tempo médio para as respostas variou entre cinco e dez minutos por pessoa.

Tabela 4 - População do estudo *versus* respondentes

População	Total	Respondentes	Percentual
Usuários do Programa	70	20	28.6%
Gestores do Município	7	1	14.3%
Representantes da Codevasf	1	1	100%
Membros do Comitê Gestor	11	2	18.2%
Total	89	24	27%

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

3.3 Ambiente da Pesquisa

Os povoados Palmeiral 1 e Agro Alegre 2, do município de Matões do Norte, constituem o ambiente da pesquisa.

O povoado Palmeiral 1 possui 100 habitantes, sendo que 14 famílias foram contempladas com os *kits* de irrigação do programa 2029. A principal fonte de renda do povoado está concentrada na agricultura. Este povoado fica as margens da MA 332, aos 10 Km da sede do município de Matões do Norte. Este povoado encontra-se numa área de 430 hectares cedida pelo ITERMA² e é representado pela Associação e União de Lavradores de Palmeiral 1.

O povoado Agro Alegre 2 possui 138 habitantes, sendo que 17 famílias foram beneficiadas com os *kits* de irrigação do programa. A principal fonte de renda do povoado também vem da agricultura. Este povoado fica a 18 km da área urbana de Matões do Norte, localizado às margens da BR 135 e encontra-se numa área de 914 hectares cedida pelo INCRA³ sendo representado pela Associação dos Trabalhadores Rurais da Gleba Agro Alegre Barro Branco.

² ITERMA: Instituto de Colonização e Terras do Maranhão

³ INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

4 RESULTADOS DA PESQUISA

A partir dos dados recebidos dos 24 respondentes do questionário, tornou-se possível realizar as análises que serão expostas a seguir. Os 20 respondentes do questionário são os usuários do programa e os 4 restantes pesquisados são os membros da comissão Gestora do Município, representante da CODEVASF e Secretário da Agricultura.

A Tabela 5 apresenta as características sociodemográficos dos usuários do programa quanto à faixa etária, sexo, estado civil e escolaridade.

Tabela5 - Dados sóciodemográficos dos usuários do programa 2029 de Matões do Norte – MA, 2016 (n = 20).

Variáveis	N	%
Faixa Etária		
20 – 30 anos	5	25
40 – 50 anos	5	25
+ 50 anos	10	50
Sexo		
Masculino	8	40
Feminino	12	60
Estado Civil		
Solteiro	3	15
Casado	7	35
União Estável	10	50
Escolaridade		
Analfabetos ou Semianalfabetos	7	35
Alfabetizados	5	25
Nível Fundamental I	4	20
Nível Fundamental II	2	10
Ensino Médio	2	10

Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

De acordo com a tabela 6, a maioria dos respondentes é do sexo feminino. A amostra do sexo feminino representa 12 mulheres das famílias

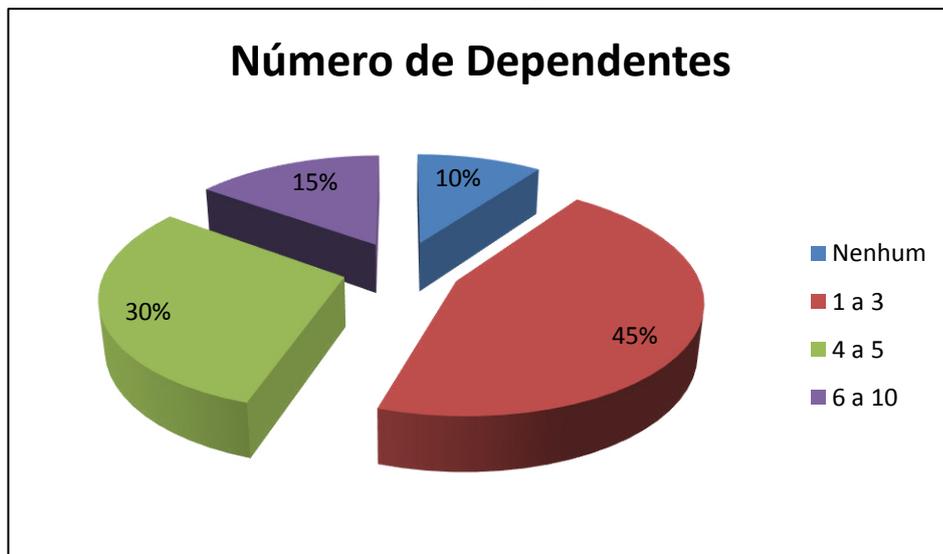
pesquisadas, o que corresponde a 60%. Os demais, oito respondentes, correspondem ao sexo masculino representando 40%.

Quanto a faixa etária, a maior representatividade da amostra (50%) tem mais de 50 anos, seguida por um empate entre pessoas com idade de 20 a 30 anos e de 40 a 50. Com relação ao estado civil, a maioria, 50% da amostra apresenta União estável, seguido por 35% de casados, enquanto que 15% são de solteiros.

Segundo o nível de escolaridade, o índice de analfabetismo ou semianalfabetos representa a maior percentagem com 35% da amostra com 7 respondentes. Em seguida 25% equivale ao número de alfabetizados, com 5 pesquisados, depois vem 20% respondentes de nível fundamental 1 com 4 pesquisados, 10% com ensino fundamental 2, totalizando 2 respondentes e por fim 10% com ensino médio incompleto com apenas 2 respondentes.

Com relação ao número de dependentes, a maioria dos pesquisados possuem de 1 a 3 dependentes, o que corresponde a 45% da amostra. Em seguida 30% possuem de 4 a 5 dependentes. Depois segue com 15% de dependentes correspondendo de 6 a 10 e por fim 2 respondentes não possuem dependentes o que equivale a 10% da amostra (GRÁFICO 3).

Gráfico 3 - Número de Dependentes

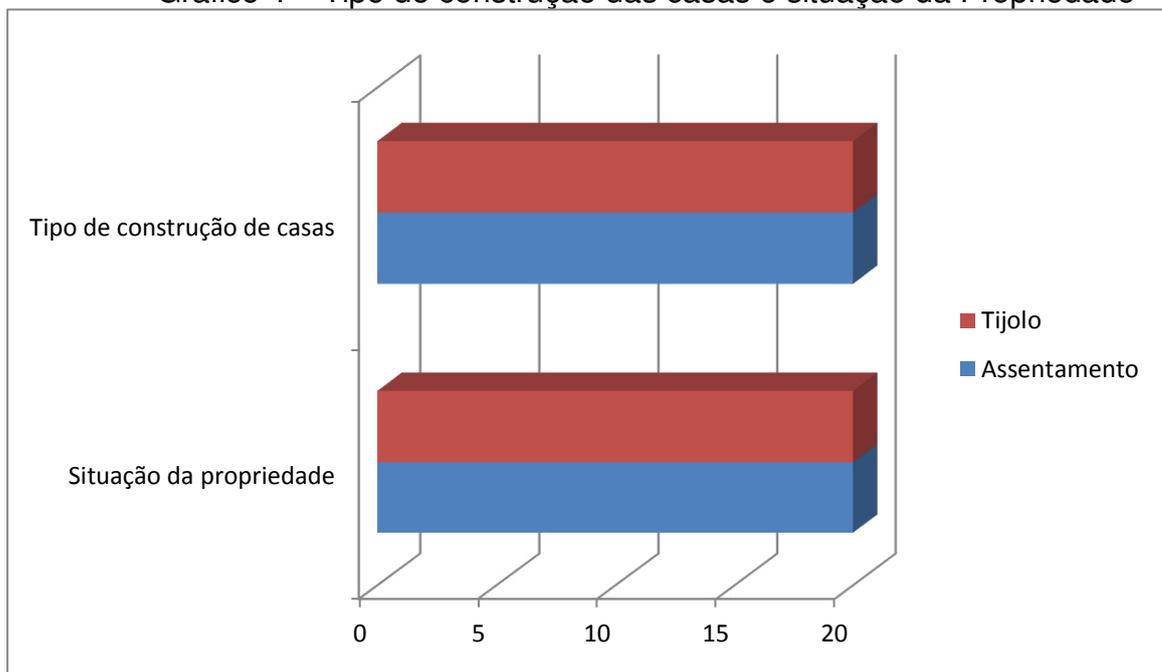


Fonte: Pesquisa de campo (2016)

Quanto às características dos domicílios, de acordo com análise da pesquisa, todos pesquisados se encontram em situação de propriedade de assentamentos tanto cedidas pelo INCRA quanto pelo ITERMA, correspondendo, assim, 100% do valor da amostra da pesquisa com as 20 famílias pesquisadas.

Segundo o tipo de construção das casas, a amostra demonstrou que em todas as famílias pesquisadas o tipo de construção é de tijolo, representando 100% da amostra. (GRÁFICO 4).

Gráfico 4 – Tipo de construção das casas e situação da Propriedade

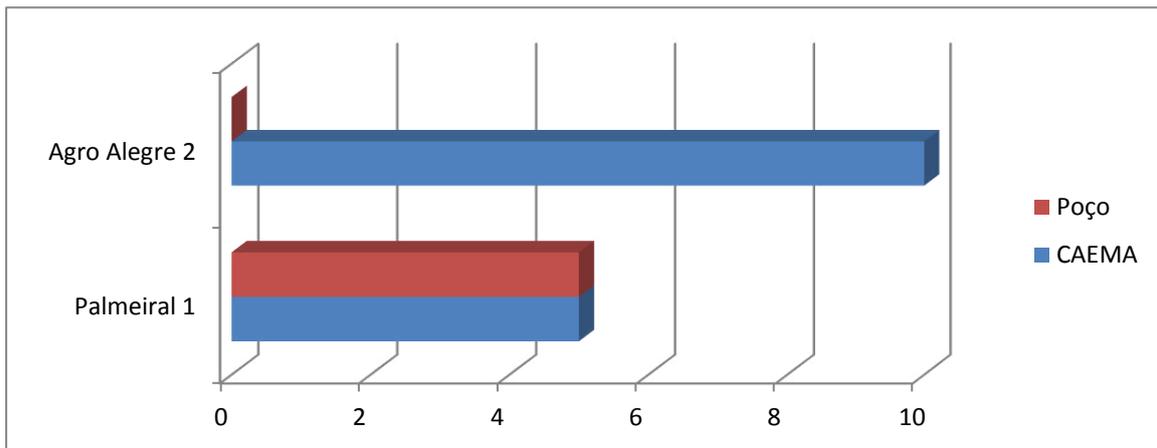


Fonte: Pesquisa de campo (2016)

O tipo de abastecimento de água demonstrado na pesquisa registrou que 50% das casas na comunidade Palmeiral 1 possuem poços, o equivalente a 5 famílias, Os 50% restante das famílias são abastecidas através da rede pública promovida pela CAEMA⁴. Já na comunidade de Agro Alegre 2, o abastecimento de água é fornecido pela rede pública em 100% da amostra. (GRÁFICO 5).

⁴ CAEMA: Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão.

Gráfico 5 - Tipo de abastecimento de água

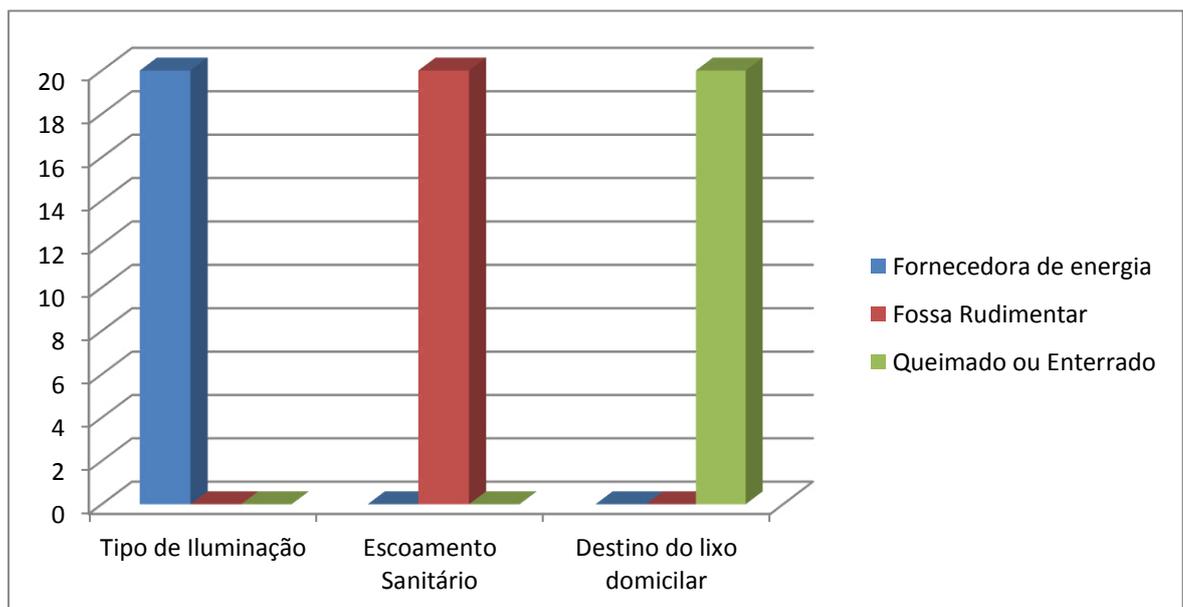


Fonte: Pesquisa de campo (2016)

Em todas as famílias pesquisadas o tipo de iluminação é feito pela fornecedora de energia e o escoamento sanitário é feito através de fossa rudimentar, correspondendo a 100% da amostra.

A destinação do lixo nas comunidades revelou que em 100% da amostra, ele é queimado ou enterrado na propriedade representando 20 famílias pesquisadas. Em 100% da amostra, as propriedades pesquisadas possuem uma área total de 1000m² a 1300m², sendo que 500m² é destinado para a agricultura familiar com os *kits* de irrigação. (GRÁFICO 6)

Gráfico6 – Destino do lixo, escoamento sanitário e tipo de iluminação



Fonte: Pesquisa de Campo (2016)

4.1 Principais Produtos Geradores de Renda Oriunda da Agricultura Familiar

De acordo com a pesquisa feita com os usuários do Programa e com informações cedidas por membros da Comissão Gestora do Município, não havia produção relevante para fins de comercialização e de consumo nas propriedades dos agricultores antes da implantação dos *kits* de irrigação. Os agricultores cultivavam seus produtos na roça de toco⁵ e geralmente os produtos cultivados eram milho, arroz e mandioca. (QUADRO 2)

Quadro 2– Produtos comercializados pelos beneficiários dos *Kits* de Irrigação de Matões do Norte

ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO/unitário (R\$)	Valor Produção anual(R\$)
01	Cebolinha	Maço	1000	1,50	1500,00
02	Coentro	Maço	2000	1,60	3200,00
03	Vinagreira	Maço	1000	1,00	1000,00
04	Pimenta de Cheiro	Litro	100	3,20	320,00
05	Pepino	Kg	700	4,00	2800,00
06	Quiabo	Kg	2000	6,00	12000,00
07	Maxixe	Kg	1000	7,00	7000,00
08	Abóbora	Kg	1000	3,00	3000,00
09	Alface	Und	2000	2,00	4000,00
10	Limão	Kg	800	6,00	4800,00
11	Couve	Maço	1000	1,50	1500,00
12	Milho Verde	Und	5000	0,60	3000,00
13	Macaxeira	Kg	1000	2,00	2000,00
14	Feijão Verde	Maço	1000	3,50	3500,00
15	Mamão	Kg	100	3,00	300,00
16	Maracujá	Kg	100	6,00	600,00
17	Melancia	Kg	800	1,00	800,00
18	Fava	Kg	600	12,00	7200,00
19	Tomate Cereja	Kg	100	6,00	600,00
20	Berinjela	Kg	100	4,00	400,00
21	Batata Doce	Kg	400	3,60	1440,00
22	Pimentão	Kg	100	5,00	500,00
Total					61460,00

Fonte: Secretaria de Agricultura de Matões do Norte (2016).

⁵ Roça no toco: É a técnica utilizada para preservar a terra que mantém uma área sem cultivo por certo período para restabelecer os nutrientes perdidos com o plantio anterior.(ANDRES, 2001).

O total da produção anual em 2015, com a comercialização dos produtos provenientes da implantação dos *kits* de irrigação foi de R\$ 61.460,00. Houve alternância de produção durante o ano e nem todos os produtos foram produzidos por alguns agricultores.

Os produtos do quadro 2 são comercializados no PNAE⁶, PAA⁷, Feira do Produtor e Economia Solidária, Feiras regionais, etc.

Figura 3 - Feira do Produtor e economia solidária



Fonte: Feira do produtor e economia solidária, Matões do Norte – MA, 2016.

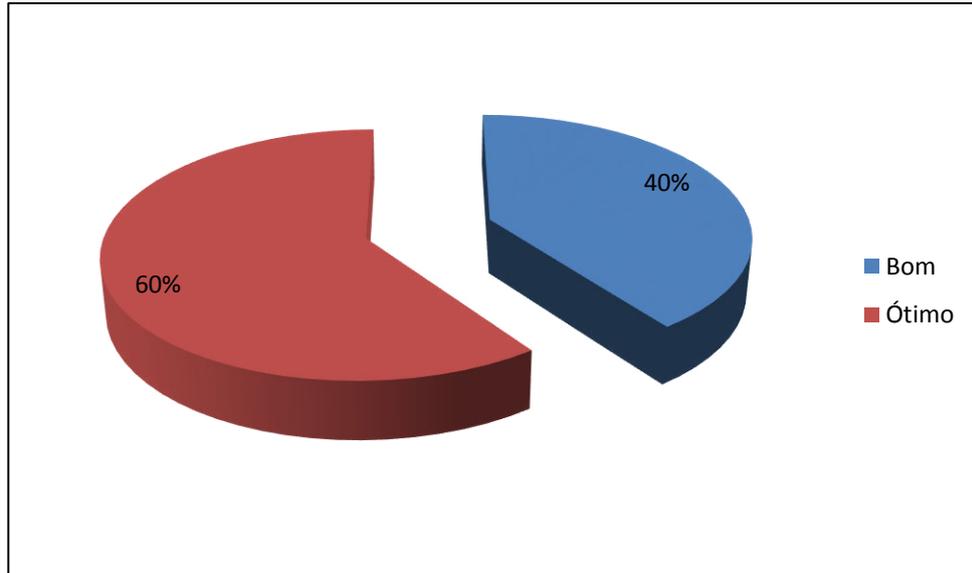
4.2 Nível de satisfação dos produtores familiares com o Programa 2029, identificação da renda, mensuração da saúde e educação e empréstimos dos agricultores

De acordo com a amostra da pesquisa 40% dos pesquisados avaliaram como bom o apoio recebido pela equipe do programa e o 60% restante avaliaram como ótimo o apoio recebido (GRÁFICO 7).

⁶PNAE: Programa Nacional de Alimentação escolar

⁷PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

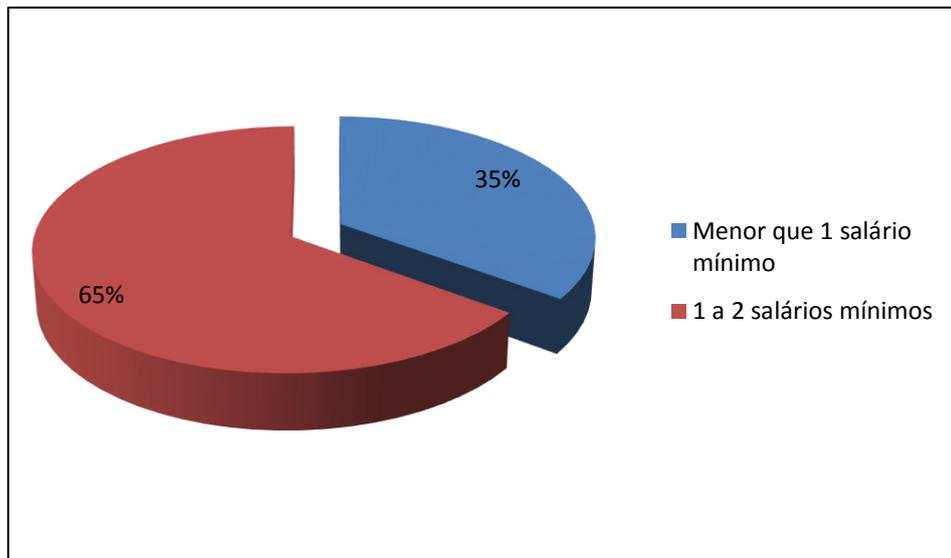
Gráfico 7 - Satisfação dos Agricultores com a Equipe do Programa 2029



Fonte: Pesquisa de Campo (2016)

Na avaliação dos salários, 13 famílias, que corresponde 65% da amostra possuem renda de 1 a 2 salários mínimos. Os 35% restante possuem renda menor que um salário mínimo (GRÁFICO 8).

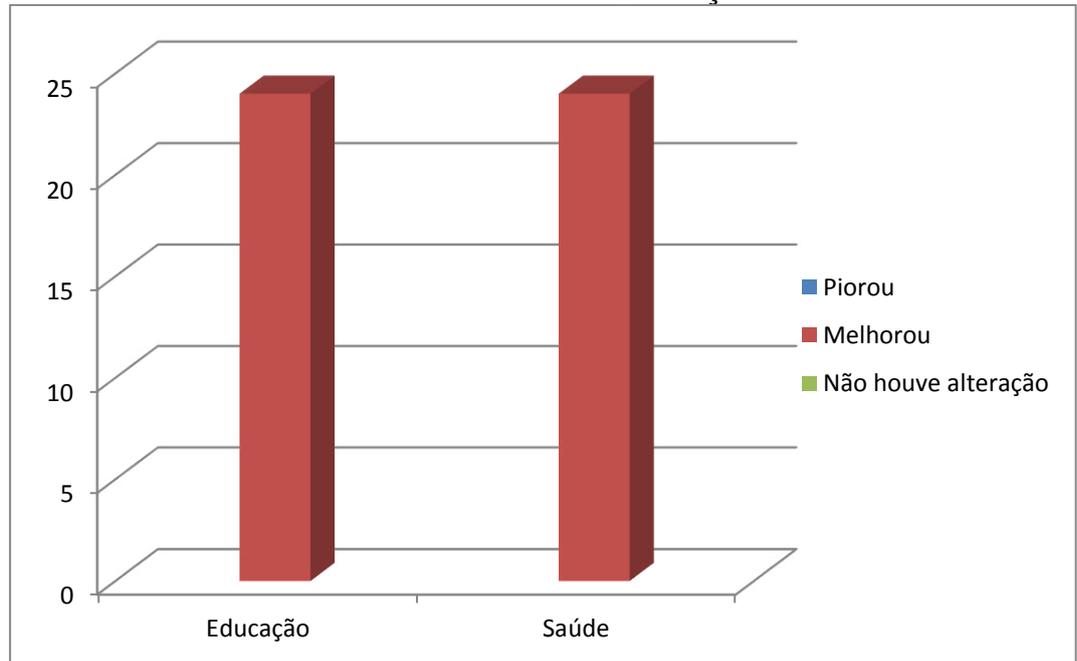
Gráfico 8 – Renda Mensal da Família



Fonte: Pesquisa de Campo (2016)

Com relação à educação e a saúde todos os respondentes da amostra, o equivalente a 24 pessoas, disseram que melhorou bastante após a implantação dos *kits* como demonstra o Gráfico 9.

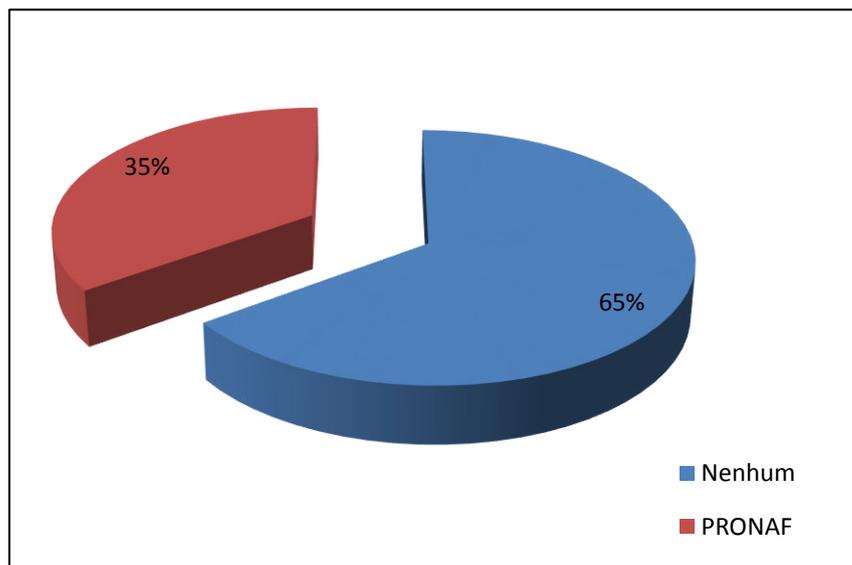
Gráfico 9 - Saúde e Educação



Fonte: Pesquisa de campo (2016)

De acordo com a amostra identificou-se que 65% das famílias pesquisadas não usaram nenhum tipo de recurso externo de financiamento rural para a produção o equivalente a 13 famílias. Os restantes 35% dos respondentes utilizaram créditos do PRONAF, representando a 7 famílias. (GRÁFICO 10)

Gráfico10 – Identificação de Empréstimos



Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Em 100% da amostra da pesquisa, todos respondentes disseram que o dinheiro obtido com as atividades agrícolas dos *kits* de irrigação satisfaz as necessidades básicas da família tais como alimentação, vestuário, saúde e moradia.

De acordo com a amostra da pesquisa todos respondentes estão satisfeitos com os *kits* de irrigação. A distribuição destes kits proporcionou um aumento considerável na produção agrícola gerando um aumento de renda e garantiu a produção durante todo o ano. Além disso, a qualidade de vida e de saúde melhorou com relação a alimentação, pois com a variedade de produtos na mesa do produtor foi garantido um aumento do valor nutricional na alimentação.

Figura 4 - Agricultores familiares



Fonte: Comunidade Palmeiral 1, Matões do Norte- MA

4.3 Perguntas direcionadas aos Gestores municipais, aos membros dos comitês e ao representante da CODEVASF.

Na pergunta feita se o programa havia cumprido com o objetivo proposto de incentivar as práticas associativas e a integração do pequeno agricultor às cadeias produtivas 100% dos respondentes disseram que sim, equivalente aos 4 pesquisados.

Dentre as ações do programa que efetivamente contribuíram para o melhoramento na qualidade de vida dos agricultores foram destacados:

1. Capacitação técnica promovida pelo pessoal da CODEVASF aos membros técnicos da secretaria de agricultura do município.
2. Apoio técnico dos membros da secretaria de agricultura do município aos agricultores familiares de forma a melhorar o processo das plantações
3. Com a distribuição dos kits de irrigação permitiu a diminuição de queimadas, proporcionando desta forma uma melhor preservação do meio ambiente e da saúde dos agricultores.
4. O cultivo de produtos na própria propriedade do agricultor proporcionou um melhor acompanhamento na produção.

Quadro 3 – Ações e Efetividade

Ações	Efetividade				
	Sofrível	Bom	Muito bom	Excelente	Não se aplica
Instalação e distribuição dos kits de irrigação		25%		75%	
Capacitação, acompanhamento e monitoramento técnico nas áreas rurais		25%		75%	
Organização dos processos produtivos e de comercialização		50%		50%	
Valorização do capital humano e da governança local		25%		75%	
Distribuição de insumos e equipamentos		50%		50%	
Comprometimento e empoderamento das lideranças locais				100%	

Fonte: Pesquisa de campo (2016)

De acordo com o Quadro 3, as ações de instalação e distribuição dos kits de irrigação foram consideradas excelentes em 75% dos respondentes. Os 25% restante consideram a distribuição dos *kits* muito bons.

Com relação à capacitação, acompanhamento e monitoramento técnico nas áreas rurais, 75% dos respondentes disseram que foram excelentes o que corresponde 3 respondentes. 25% restante considera o grau de efetividade deste item muito bom, o equivalente a 1 pessoa.

Já as ações de organização dos processos produtivos e de comercialização foram classificadas como excelente em 50% da amostra o equivalente a 2 respondentes, os outro 50% disseram que foi muito bom representando 2 pessoas.

A valorização do capital humano e de governança local foi classificada como excelente em 75% da amostra equivalente a 3 respondentes e 25%, 1 pessoa considerou como bom.

Com relação a distribuição de insumos e equipamentos 50% dos respondentes classificaram como excelente correspondendo a 2 pessoas, 25% , 1 pessoa classificou como muito bom. Os 25% restante disse que esta ação não se aplica por desconhecer esta iniciativa.

O comprometimento e empoderamento das lideranças locais, a continuidade das atividades de produção com os kits de irrigação nas propriedades dos agricultores e o nível de educação, saúde e renda foi classificada pelos respondentes como satisfatório em 100% da amostra, melhorando, assim, a qualidade de vida da população. Além disso, todos pesquisados disseram que o programa deve continuar.

O responsável pela distribuição dos *kits* de irrigação o Sr. Adenilson Oliveira, funcionário da CODEVASF disse que: “O programa deve continuar, pois permitiu ao pequeno agricultor familiar cultivar no período em que cessam as chuvas e com isso poderá produzir o ano inteiro”.

Para a secretária do comitê gestor do município o programa deve continuar por que, além de ter fornecido renda fixa para os agricultores melhorou a qualidade de vida a exemplo da alimentação e desenvolveu a coletividade.

O secretário da agricultura do município Matões do Norte menciona que o programa beneficiou muitas famílias com relação ao aumento da renda e também aumentou a produção e melhorou a qualidade de vida nas comunidades.

No questionário o técnico agrícola disse que o programa precisa continuar, pois garantiu produção durante todo ano e melhorou a renda das famílias.

Dentre os motivos da continuidade do programa pode-se citar:

- Aumentou a produção e a renda do agricultor;
- Melhoria na qualidade de vida com relação a alimentação;
- Desenvolvimento do espírito de coletividade nas famílias;
- Possibilitou a formação de associações de agricultores familiares a fim de comercialização;
- Garantiu de produção o ano inteiro, mesmo com o período de estiagem.

5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

De acordo com os dados demográficos demonstrados na pesquisa, elementos como faixa etária, sexo, nível de escolaridade, estado civil e número de dependentes são fatores preponderantes para a aplicação de políticas públicas eficazes no meio rural.

A pesquisa revelou que 35% dos pesquisados são analfabetos e semianalfabetos, o que se pode considerar um dado alto e relevante para o nível educacional das referidas comunidades do município de matões do Norte.

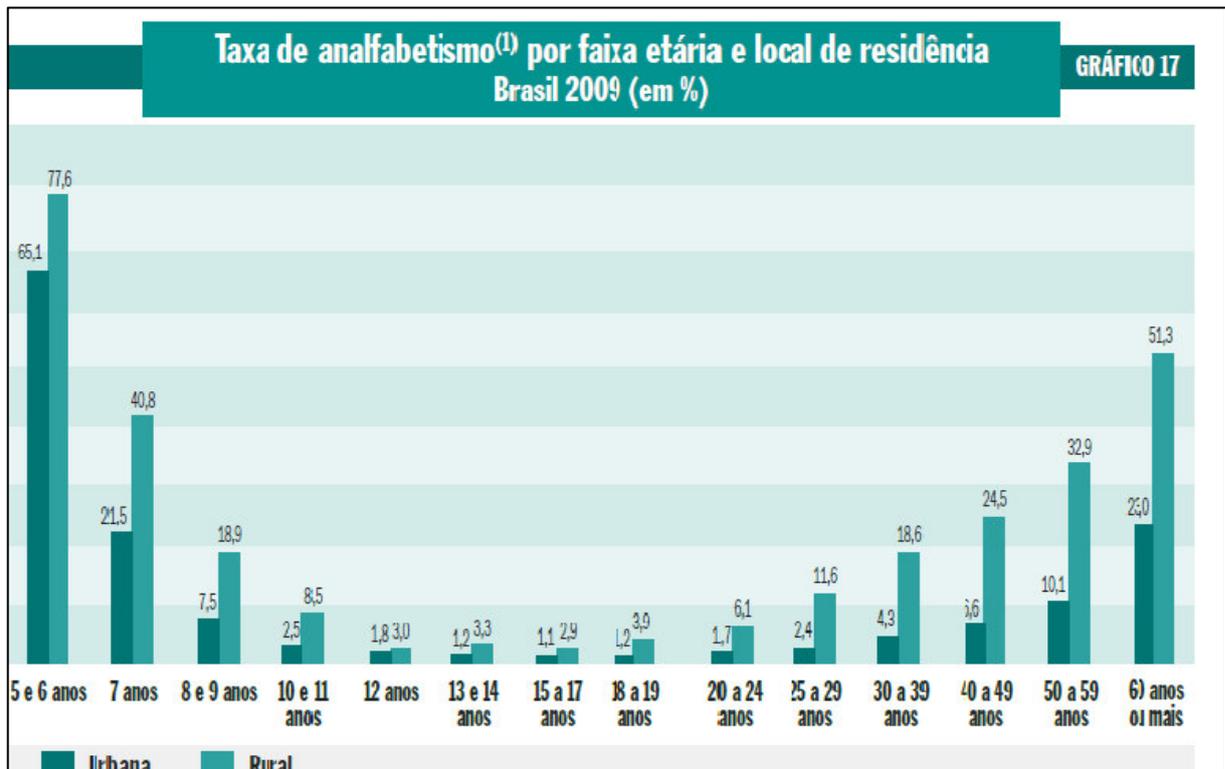
Para Zago (2016) no decorrer de décadas até o período atual a educação sofreu alguns avanços no meio rural. Dentre estes avanços pode-se constatar uma redução de classes multisseriadas e um avanço do processo de nucleação de escolas rurais. Este processo consiste em reunir estudantes de áreas rurais isoladas em centros de ensino urbanos maiores. Este método tem possibilitado a separação de classes por faixa etária e por série, devido a quantidade de alunos concentrados em um mesmo local.

Mesmo com os avanços na educação, segundo dados do INEP (2007) as desigualdades no meio rural continuam acentuadas em todas as regiões do país. Estas desigualdades pode-se verificar tanto com relação ao acesso a educação e qualidade do ensino quanto no que se refere a infraestrutura dos estabelecimentos, capacitação docente, grau de analfabetismo e a discrepância entre idade e série.

Segundo Silva e Zancul (2012, p. 2), o estudo da demografia populacional é um elemento muito importante porque constitui como uma premissa para melhor atender às reais necessidades desta população. A definição e caracterização destas pessoas contribuem para a implantação de políticas públicas voltadas para a solução de problemas especificamente no meio rural, tendo como base a eficiência e eficácia na aplicação de recursos públicos para estas comunidades.

Com a observação feita nas comunidades, pode-se constatar que a implantação dos kits de irrigação nas propriedades possibilitou um melhor acompanhamento dos pais na educação dos filhos, permitindo também uma melhor frequência na escola.

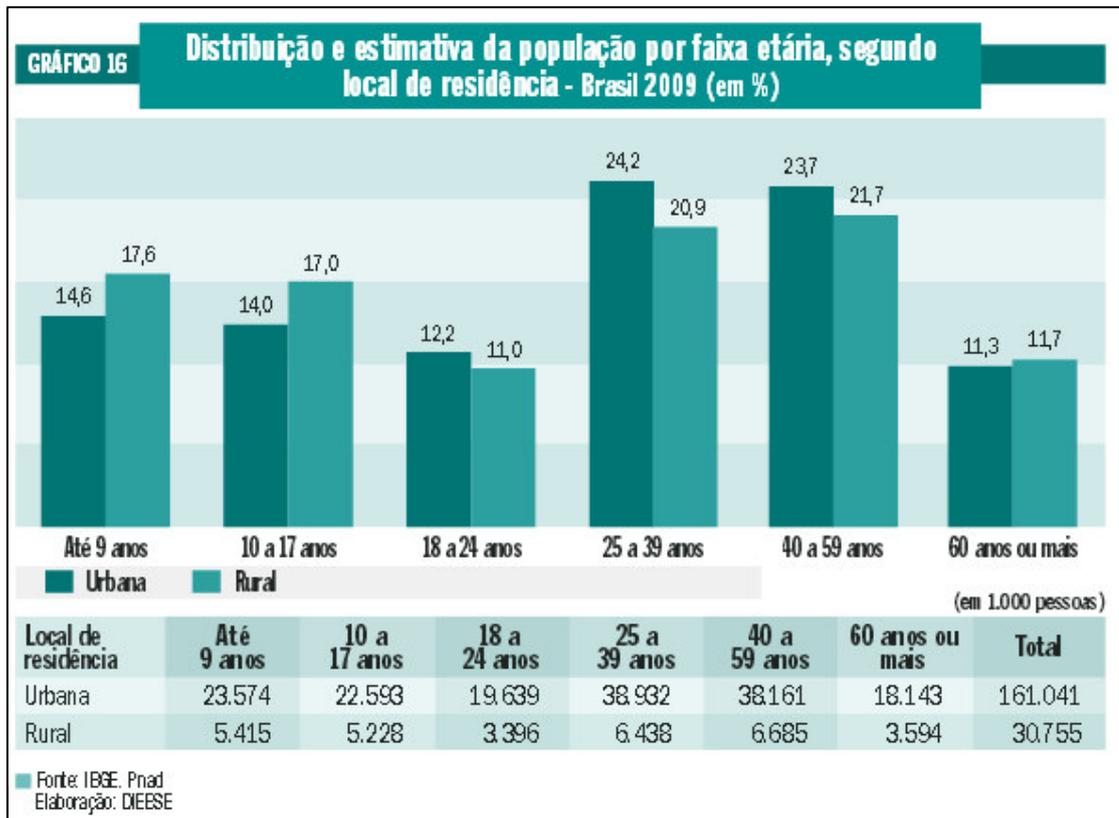
Gráfico 11 - Dados estatísticos de educação / Taxa de analfabetismo



A taxa de analfabetismo no meio rural ainda é alta de acordo com o Gráfico 11, a maior taxa de analfabetismo encontra-se na zona rural, principalmente entre a faixa etária de pessoas com mais de 60 anos e entre 5 e 6 anos. Estes dados comprovam a alta taxa de analfabetismo ou semi-analfabetismo nas comunidades pesquisadas, com uma proporção de 35% da amostra.

Com relação a faixa etária das famílias pesquisada pode-se verificar que a maior proporção de idade encontra-se na faixa de pessoas entre 40 e 59 anos. Isto representa a tendência de envelhecimento da população rural como mostra o Gráfico 12.

Gráfico 12– Distribuição e estimativa da população por faixa etária, segundo local de residência



Fonte: DIEESE (2011).

Com a observação da pesquisa *in loco*, pode-se constatar que na maioria das propriedades observadas tinham crianças em idade escolar e casais com a faixa etária entre 40 e 50 anos de idade.

Geralmente os filhos mais jovens entre 15 e 30 anos saíram de casa para a zona urbana em busca de melhores condições de vida, de estudo e trabalho. Os dados acima comprovam que a faixa etária que mais se concentra na zona rural esta entre 40 e 59.

Para Camarano, Abramovay (1998) os movimentos migratórios do campo para a cidade são representados por uma população mais jovem.

Quadro4– Percentual dos jovens rurais em relação ao total de jovens entre 1970 e 2010 na região nordeste (%).

UF	1970	1980	1991	2000	2010
AL	59,2	47,5	38,4	30,9	26,4
BA	57,4	46,7	37,9	30,6	27,2
CE	56,6	42,7	31,6	26,5	23,9
MA	73,9	66,5	57,6	37,7	35,3
PE	44,0	34,3	26,7	22,8	20,1
PI	66,5	53,9	43,6	35,3	32,6
PB	56,4	43,9	33,5	27,9	24,4
RN	50,5	37,3	28,9	26,1	21,9
SE	52,6	41	30,2	27,2	25,8

Fonte: Adaptado de Foguesato; Machado (2015).

A partir da análise do quadro 4, é possível constatar que o percentual de jovens no meio rural vem decrescendo com o passar dos anos. Observa-se que em 1970 quase 74% dos jovens viviam no meio rural no estado do Maranhão, entretanto em 2010 pouco mais de 35% residiam nesse ambiente.

Este fato é explicado por inúmeras causas como salienta Wanderley (2000), onde observa que a ausência de indústrias e de atividades de serviços no meio rural deixa a desejar e ainda tem poucas alternativas de ocupação e renda para população rural.

Já Brumer (2007 *apud* Foguesatto; Machado, 2007) afirmam que características consideradas negativas no meio rural a exemplo de péssimas condições de trabalho aliadas com a dependência climática e uma renda considerada insatisfatória contribuem para êxodo campo-cidade entre os jovens. Em comparação com o que foi observado no *locos* da pesquisa de campo observou-se poucos jovens morando nas propriedades.

Durante a pesquisa de campo realizada nas comunidades de Agro Alegre 2 e Palmeiral1, foi levantada a renda familiar, a qual é composta pela produção da agricultura familiar e por transferências governamentais tais como o bolsa família. Antes da implantação do programa 2029 as famílias contempladas tinham renda *per capita* de até R\$ 77,00, o que não chegava muitas vezes a um salário mínimo, estas famílias viviam em situação de pobreza e de extrema pobreza.

Os pesquisados disseram que houve um aumento na renda com a implantação dos *kits* de irrigação, chegando a uma renda de 1 a 2 salários mínimos. Desta maneira para efeito do estudo será considerado o valor médio de um salário e meio. Considerando o valor atual do salário mínimo no Brasil de R\$ 880,00, a renda dos agricultores beneficiados pelo programa será de R\$1.320,00. Abaixo segue demonstrativo de cálculo do aumento da renda per capita:

Famílias que possuem de 1 a 3 dependentes considerando o máximo de dependentes tem-se o seguinte:

$$1320/3= 440,00 \text{ per capita}$$

Famílias com 4 a 5 dependentes considerando o valor máximo de dependentes têm-se:

$$1320/5= 264,00 \text{ per capita}$$

Famílias com 6 a 10 dependentes considerando o valor máximo de dependentes têm-se:

$$1320/10= 132,00 \text{ per capita}$$

Famílias com nenhum dependente possuirá renda integral de R\$1320,00.

Sendo assim, com a obtenção da renda per capita de acordo com o número de dependentes nas famílias pode-se obter o aumento percentual da renda per capita através da formula abaixo:

Vf = valor final

Vi= valor inicial

$$Vf - Vi / Vi \times 100$$

Quadro 5 - Renda per capita e aumento percentual dos agricultores familiares após implantação dos *kits* de irrigação.

Nº de dependentes	Renda per capita	Aumento percentual
1 – 3	R\$ 440,00	471%
4 – 5	R\$ 264,00	243%
6 – 10	R\$ 132,00	71%

Fonte: Elaborado pelo acadêmico

O quadro 5 demonstra um aumento considerável na renda dos agricultores familiares pesquisados. Com isso constata-se que muitas famílias saíram da linha de extrema pobreza conforme os parâmetros do Programa Brasil Sem Miséria, que estabelece em R\$ 77 per capita por mês a linha de extrema pobreza.

De acordo com as características dos domicílios nas propriedades pesquisadas do meio rural o fator de saneamento básico é muito importante para a saúde da comunidade a fim de evitar vários tipos de doenças. Com os dados do questionário aplicado na pesquisa a forma mais comum de acesso a água potável é feita através da distribuição da companhia de saneamento ambiental do Maranhão e através de poços artesianos.

Conforme dados do IBGE (2010), no Brasil, 72,2% da população rural, ainda acessa água por meio de poços, cacimbas, açudes e barreiros, acesso esse muitas vezes precário e com grande potencial para provocar doenças.

Quanto a coleta de lixo nas comunidades pesquisadas 100% disseram que o destino final do lixo é queimado ou enterrado na própria propriedade ou terrenos baldios. Estes dados servem para diferenciar a infraestrutura do local. Na zona rural devido principalmente a maior dispersão das unidades de moradia, não se espera a universalização do sistema coleta de lixo, pelo menos a curto prazo, sendo muito comum dessa forma queimar ou enterrar o lixo.

De acordo com os dados do IBGE (2004), o destino do lixo final na zona rural na região nordeste apresentou os seguintes dados:

Tabela 6 - Destino do lixo

Unidades da federação nordeste	Tipo do destino do lixo				
	Coletado	Enterrado ou queimado na propriedade	Jogado em terreno baldio ou logradouro	Jogado em rio, lago ou mar	Outro destino
Maranhão	4,7	55,9	35,9	0,3	3,2
Piauí	0,5	52,8	46,5	0,2	0,0
Ceará	6,1	40,8	52,4	0,2	0,6
Rio Grande do Norte	34,9	45,0	20,1	0,0	0,0
Paraíba	5,0	70,4	15,3	0,0	9,3
Pernambuco	10,6	45,4	40,0	0,4	3,5
Alagoas	11,0	52,7	36,0	0,2	0,1
Sergipe	9,5	75,0	15,6	0,0	0,0
Bahia	11,0	57,4	29,6	0,1	1,9

Fonte: Adaptado através dos dados IBGE (2004).

É importante observar, de acordo com a tabela 6 que no estado do Maranhão a abrangência de coleta de lixo é mínima representando apenas 4,7% dos moradores em domicílios particulares permanentes. Já o percentual do destino do lixo quando enterrado ou queimado representa mais da metade dos domicílios que adotam este tipo de prática.

De acordo com o relatório dos indicadores de desenvolvimento sustentável e das dimensões ambientais do IBGE (2004) tem-se que, associada a outras informações ambientais e socioeconômicas, incluindo serviço de abastecimento de água, saneamento ambiental, tratamento de esgotos, educação, saúde e renda, a destinação final do lixo é um bom indicador de desenvolvimento humano.

Trata-se de um indicador muito importante tanto para a caracterização básica da qualidade de vida da população residente em um território e das atividades que fazem uso do solo e das águas dos corpos receptores, quanto para o acompanhamento da evolução das políticas públicas de saneamento básico e ambiental.

Com relação a área das propriedades pesquisadas, todas possuem menos de 0.5 hectares. Este fato evidencia o enquadramento das famílias como agricultores familiares, já que obedece a lei 11.326 de 24 de Julho de 2006. Ou seja, possuem área menor que quatro módulos fiscais.

Em algumas famílias, o crédito Pronaf representa alguma fonte de renda para o produtor. Este crédito tem proporcionado o financiamento de atividades produtivas rurais e o fortalecimento da agricultura familiar (MATTEI,2006).

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento agrário (2011), os valores financiados pelo Pronaf foram os seguintes:

Tabela 7 - Recursos do Pronaf

Valor financiado pelo Pronaf⁽¹⁾, segundo destinação do financiamento Brasil e Grandes Regiões 2010						
Brasil e Grandes Regiões	Custeio		Investimento		Total	
	Em R\$ mil	Em %	Em R\$ mil	Em %	Em R\$ mil	Em %
Norte	187.513,1	3,3	664.810,6	10,6	852.332,8	7,1
Nordeste	350.137,2	6,2	1.175.557,3	18,7	1.531.094,5	12,8
Sudeste	1.434.714,4	25,1	1.479.295,4	23,6	2.914.069,9	24,3
Sul	3.386.065,7	59,2	2.460.825,2	39,2	5.846.890,9	48,8
Centro-Oeste	351.112,8	6,1	492.535,6	7,9	843.649,4	7,0
BRASIL	5.715.603	100,0	6.273.034,2	100,0	11.988.637,4	100,0

Fonte: DIEESE (2011).

Com isso pode-se concluir que os recursos do Pronaf destinados para as regiões sul e sudeste são maiores e mais relevantes que os destinados para as regiões norte, nordeste e centro oeste. Mesmo com um dos menores recursos destinados para a região nordeste, os recursos do Pronaf apresentou evolução de acordo com a tabela 8.

Tabela 8—Evolução de municípios atendidos pelo Pronaf

Evolution do número de municípios atendidos pelo Pronaf Brasil 2001/2002 - 2009/2010 (em n^{os} absolutos)	
Ano-agrícola	Número de municípios
2001/2002	4.640
2002/2003	4.868
2003/2004	5.228
2004/2005	5.343
2005/2006	5.363
2006/2007	5.396
2007/2008	5.390
2008/2009	5.400
2009/2010	5.410

Fonte: DIEESE, 2011

Como se pode observar houve um aumento dos recursos do Pronaf para os municípios do Brasil. No que diz respeito ao município de Matões do Norte nas comunidades pesquisadas o crédito Pronaf só contemplou 7 famílias correspondendo, assim, 35% dos pesquisados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se tratar dos impactos socioeconômicos causados nos usuários do programa 2029, é preciso considerar os diversos aspectos que o influencia. Esta pesquisa abordou a satisfação dos usuários e dos membros Gestores do Programa com alguns destes fatores, observando que a maioria deles mostrou-se satisfeitos com as ações desempenhados pelo programa. Dentre estas ações pode-se destacar o apoio técnico dado aos agricultores em suas propriedades, a capacitação oferecida pela CODEVASF aos membros técnicos do município, A fiscalização e monitoramento dos membros dos comitês Gestores do município nas famílias beneficiadas pelo programa.

Quanto a melhoria na qualidade de vida dos agricultores, o estudo revelou um aumento na renda dos agricultores, que antes tinha sua principal fonte de renda da lavoura da “roça no toco”. Com implantação dos *kits* de irrigação na propriedade do agricultor possibilitou um aumento na produção devido a garantia de irrigação das plantações durante todo o ano.

Com relação a segurança alimentar e nutricional das famílias, o programa desempenhou de forma positiva a oferta de uma variedade de produtos para o agricultor. Esta ação ajudou muitas famílias a sair da zona de fome e pobreza extrema.

O estudo demonstrou ainda que a relação da distribuição dos *kits* nas propriedades e a situação de educação e melhorou bastante. Antes as crianças frequentavam menos a escola, pois tinham que ajudar na lavoura. Agora com o cultivo na própria propriedade do agricultor, o trabalho infantil não foi necessário possibilitando, assim, a frequência na escola. Além disso, com a permanência dos pais em casa permitiu um melhor acompanhamento dos filhos melhorando, portanto, a educação.

A saúde também melhorou. A variedade de produtos ofertados com as plantações nas propriedades dos agricultores garantiu um melhor valor nutricional na alimentação. Além disso, o cultivo nas propriedades dos agricultores permitiu uma produção com baixa utilização de agrotóxicos segundo dados informados pelos técnicos agrícolas do município.

Por fim, acredita-se que este estudo contribui para um melhoramento da capacidade de compreensão por parte dos Gestores do município e Governo

Federal no que diz respeito aos impactos que um programa de governo pode proporcionar para melhoria na qualidade de vida da população. Se houver um grau de comprometimento e integração considerável entre os Gestores e a população é possível garantir uma melhoria na qualidade de vida dos indivíduos que estão em situação de extrema pobreza.

Com isso este estudo de caso pode ser utilizado como uma ferramenta auxiliar para a tomada de decisões na área de Gestão Pública.

7 LIMITAÇÕES DO ESTUDO E SUGESTÕES

A primeira limitação desta pesquisa diz respeito a sua amostragem, composta por apenas 28% da população alvo e definida pelo critério de acessibilidade, ou seja, sem o uso de procedimentos estatísticos. Durante a pesquisa em campo, não foi possível atingir toda a população. Alguns usuários do programa demonstraram receio em responder ao questionário. Para tanto, foi necessário que alguns membros dos comitês Gestores do município mobilizassem a comunidade a ser pesquisada explicando, assim, a importância do estudo acadêmico para uma posterior tomada de decisões no município e para o fortalecimento de programas sociais e econômicos.

No que diz respeito a base teórica, observou-se que poucos autores no Brasil abordam com profundidade a importância de um Programa de Governo para a melhoria de qualidade de vida da população pobre e existem poucos estudos relacionando qualidade de vida da população pobre com programas sociais de governo, o que limitou o estudo a uma escassa literatura. Alguns trabalhos realmente significativos foram encontrados sobre forma de dissertações de mestrados, artigos científicos e do censo agropecuário do IBGE de 2006. A maior parte dos livros apenas relata sobre o histórico e a importância da agricultura familiar, sem pontuar casos específicos da eficiência ou não de programas sociais de governo voltadas para este tipo de cultivo.

Outra limitação é que os resultados deste trabalho podem não se aplicar a outras realidades, pois se trata de um estudo de caso individual realizado em duas comunidades do município de Matões do Norte - MA. Outros municípios podem demandar por novos estudos.

A pesquisa não teve a pretensão de esgotar todas as possibilidades de análise sobre os temas propostos. Dessa forma ficam as recomendações de pesquisas complementares sobre os impactos socioeconômicos causados pelo programa 2029 de Desenvolvimento regional, territorial, sustentável e economia solidária nos usuários do município de Matões do Norte - MA.

Sendo assim, recomenda-se estudar, posteriormente, todos os beneficiários do Programa que receberam os kits de irrigação a fim de obter informações mais profundas a cerca do Programa 2029 no Município de Matões do Norte - MA.

REFERÊNCIAS

- ANDRES, André; AVILA, Luis A. de; MARCHEZAN, Enio; MENEZES, ValmirG. Rotação de culturas e pousio do solo na Redução do banco de Sementes de Arroz vermelho em Solo de Várzea. **Revista Brasileira de Agrociência**, Pelotas, v.7, n.2, maio.2001/ Ago. 2001, p. 85-88. Disponível em:<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/pousio.pdf>. Acesso em: 10. Mar.2016.
- ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Matões do Norte- Ma. Disponível em:<www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/matoes-do-norte_ma>. Acesso em 06. Jun. 2016.
- BARBOSA, Sônia Regina de Cal Seixas. **Qualidade de vida e suas metáforas**. Uma reflexão sócio- ambiental. Campinas. 1996. 303p. Tese (Doutorado em sociologia). Instituto de Filosofia e ciências humanas, Universidade de campinas, São Paulo.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 30.07.2016.
- BRASIL. Decreto nº. 3.991, de 30 de Outubro de 2001. Dispõem sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/100624/decreto-3991-01> Acesso em: 30.07.2016.
- BRASIL. Decreto nº 6.135,de 26 de Junho de 2007. Dispõe sobre o cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm> Acesso em 06. Mar. 2016.
- BRASIL. Decreto nº. 7.492, de 02 de Junho de 2011. Institui O Plano Brasil Sem Miséria. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm>. Acesso em: 03. Mar.2016.
- BRASIL. Lei nº. 12.196, de 14 de Janeiro de 2010. Altera a lei nº 6.088, d 16 de Julho de 1974. Dispõem sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco- CODEVASF, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12196.htm. Acesso em: 30. Jul. 2016.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDS. **Plano Brasil Sem Miséria**. Publicado em 07 de Agosto de 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/o-que-e>>. Acesso em: 15. Nov. 2015.

BRUMER, Anita. **A problemática dos Jovens rurais na pós-modernidade**. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: MauadX, 2007, p.35-51.

BUARQUE, Cristovam Ricardo Cavalcante. A qualidade de vida: a modernização da utopia. **Revista Lua Nova de Cultura e Política**, Brasil, v.31, p. 1- 1, 1993.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil**: Panorama dos últimos 50 anos. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol15_n2_1998/vol15_n2_1998_4artigo_45_65.pdf>. Acesso em 15. Jun. 2016.

CAMPELO, Daniel Alves. **AS Políticas Públicas Para a Agricultura Familiar brasileira em clima semiárido**: do combate à Convivência. RBPG, Brasília, V.10, n.21, p.856-888, Outubro de 2013. Disponível em: <<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/415/346>>. Acesso em: 03/03/2016.

CERVO, Amado Luiz; Bervian, Pedro Alcino; Da Silva, Roberto. Metodologia Científica. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CODEVASF. Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. **Ações Para a Implantação de Sistemas de Irrigação No Estado Do Maranhão**. 2014. 15 slides.

CODEVASF. Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. Programas e Ações. Disponível em : <http://www2.codevasf.gov.br/programas_acoes>. Acesso em: 02. Fev. 2016.

CODEVASF. Agricultura Familiar com uso de kits de irrigação é impulsionada pela Codevasf no Maranhão. 2015. Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/noticias/2015/agricultura-familiar-com-uso-de-kits-de-irrigacao-e-impulsionada-pela-codevasf-no-maranhao/>>. Acesso em: 12 de Fevereiro de 2016.

DIEESE. DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Núcleo de estudos agrários e Desenvolvimento Rural. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Estatísticas do meio rural**. 2010-2011. 4. ed. São Paulo, 2011. Disponível em : <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204234-487363-lt Estatsticas do Meio R-1481281.pdf>. Acesso em : 10 de julho de 2016.

FOGUESATTO, C.R.; MACHADO, J.A.D. A Tomada de Decisão dos Jovens no processo Migratório rural-urbano no Brasil. **Enciclopédia Biosfera**. Centro Científico Conhecer. Goiânia. V.11. n. 21; p. 2801. 2015. Disponível em: <<http://www.conhecer.org.br/enciclop/2015b/multidisciplinar/a%20tomada%20de%20decisao.pdf>>. Acesso em 10 de Junho de 2016.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: 6.ed, Atlas, 2014.

HERCULANO, Selene. A Qualidade de Vida e seus Indicadores. **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas, 1998. V. ano I, n. 2, p. 77-99.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**. Agricultura Familiar: Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, p.1-267, 2006. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf. Acesso em: 29.Fev.2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/>. Acesso em: 10. Fev. 2016.

IBGE.INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=210663&search=maranhao|matoes-do-norte|infogr%E1ficos:-despesas-e-receitas-or%E7ament%E1rias-e-pib>. Acesso em: 10 de março de 2016.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**. Agricultura Familiar: Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, p.1-267, 2006. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil-censoagro2006-pdf. Acesso em: 29.Fev.2016.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil**- Conceitos, Fonte de Dados e Aplicações. 3.ed. Campinas SP: Alínea, 2004. 141p.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores Sociais na formulação e avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 2002. V.36, p. 51-72.

JUNIOR, Caio Prado. **História Econômica Do Brasil**.V.26. Ed. Brasiliense. 1979. Disponível em: <http://minhateca.com.br/PalavraeTeologia/LIVROS+DIVERSOS/Caio-Prado-Junior-Historia-Economica-Do-Brasil,30602957.pdf>. Acesso em: 06/03/2016.

LIMA, Katia correia. Caprinovinocultura e Agricultura Familiar no Semiárido Baiano: Um Olhar sobre o Programa Cabra Forte. 2008. 179f. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade Federal de Brasília, Brasília.2008. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1306/1/DISSERTACAO_2008_KatiaCorreiaLima.pdf. Acesso em 03.mar.2016.

MARCELINO, Kênia Régia Anasenko. Desenvolvimento Regional por meio da estruturação dos arranjos produtivos Locais: Plano Brasil Sem Miséria. Agosto, 2012. 46 slides.

MATTEI, Lauro. **Pronaf 10 anos**: Mapa de Produção Acadêmica. MDA- Ministério de Desenvolvimento agrário, Brasília, 2006. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204229-74145-lt_Pronaf_10_anos_mapa_d-1182991.pdf. Acesso em: 03 de Março de 2016

MARTINS, João Batista. **Carta de Apresentação do Plano Brasil Sem Miséria**: Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial e economia Sustentável à Prefeitura de Matões do Norte. São Luis, Maio, 2013.

MENEZES, EbenezerTakuno. Educabrazil. Classes Multisseriadas.2001.Disponível em:<<http://www.educabrazil.com.br/classes-multisseriadas/>>. Acesso em 10 de Junho de 2016.

MINAYO, Maria cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. Qualidade de vida e saúde: Um debate necessário. Ciência e saúde Coletiva, v. 5. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7075.pdf>>. Acesso em: 02 de Fevereiro de 2016.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. Caderno de pesquisas em administração. V.1, nº 3,2º sem/1996. Disponível em: <www.unisc.br/portal/uplod/com_arquivo/pesquisa_qualitativa_caracteristicas_usos_e_possibilidades.pdf>. Acesso em :29.Fev.2016.

PPA MAIS BRASIL. Programas Temáticos do PPA. Soberania, Território e Gestão. Apresenta o Plano 2029.Disponível em: <<http://ppamaisbrasil.planejamento.gov.br/sitioPPA/paginas/todo-ppa/objetivos.xhtml?programa=2029>>. Acesso em: 06. Mar. 2016.

PLANO PLURIANUAL 2012-2015. Anexo x- Programas Temáticos. Programa 2029. Disponível em: http://mi.gov.br/pt/c/document_library/get_file?uuid=bac7d393-9927-4580-ad96-9fe3e68066f0&groupId=10157. Acesso em: 06. Mar. 2016.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e pesquisa em administração**: Guia para Estágios, Trabalhos de Conclusão, dissertações e estudos de caso. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SANCHES, Carlos. **Não há desculpa para a não adoção do sistema de irrigação por gotejamento**. Netafim. 2015.Disponível em: <https://www.netafim.com.br/news-item/211450>. Acesso em 23. Jul. 2016.

SILVA, José Graziano da. Tecnologia e agricultura Familiar.ed.2. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2003.

SILVA, Everaldo Resende; ZANCUL, Juliana de Senzi. Análise da Dinâmica Demográfica Rural Brasileira Como Estratégia na Formulação da Política Federal de Saneamento Rural. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS- ABEP. Águas de Lindoia/ SP- Brasil, de 19 a 23 de Novembro. 2012. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/893.pdf>>. Acesso em: 18.Jun. 2016.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**.6.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ZAGO, Nadir. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. **Revista Brasileira de Educação**. V. 21, n. 24. Jan. Mar. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v21n64/1413-2478-rbedu-21-64-0061.pdf>>. Acesso em 10. Jun. 2016.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A Ruralidade no Brasil Moderno: Por um Pacto Social pelo Desenvolvimento Rural. **Conselholatino-americanode Ciências Sociais**. Argentina. 2001. Disponível em:<bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libro/rural/wanderley.pdl>. Acesso em 29 Fev. 2016.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato brasileiro. In: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT 17. Processos sociais agrários. Caxambu, MG. Outubro 1996. Disponível em :<<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ra%C3%ADzes%20Historicas%20do%20Campesinato%20Brasileiro%20-%20Maria%20de%20Nazareth%20Baudel%20Wanderley%20-%201996.pdf>>. Acesso em 14. Jul. 2016.

WANDERLEY,M.N.B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In; Tedesco, J.c.(org). Agricultura familiar: ruralidades e perspectivas. 3.ed. Passo Fundo: UPF, 2001.p.21-55.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e Campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos Sociedades e Agricultura**. Rio de Janeiro. Outubro 2003.Disponívem em:<<http://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>>. Acesso em : 10. Março. 2016.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís - Maranhão.

Centro de Ciências Sociais – CCSO
Departamento de Ciências Contábeis e Administração - DECCA
Curso de Administração - CAdm

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO I

Pesquisa sobre o estudo de caso dos impactos do programa 2029 de Desenvolvimento regional, territorial, sustentável e economia solidária nos usuários do município de Matões do Norte.

Este questionário faz parte de um estudo que está sendo realizado dentro do curso de graduação em administração UFMA para trabalho de conclusão de curso. Este estudo visa identificar os impactos socioeconômicos do Programa 2029 do Governo Federal na qualidade de vida dos usuários localizados no município de Matões do Norte - Ma.

Perguntas das entrevistas direcionadas aos GESTORES MUNICIPAIS, aos MEMBROS DOS COMITÊS e aos REPRESENTANTES DA CODEVASF.

1OProgramacumpriu com o objetivo proposto, incentivando as práticas associativas e a integração do pequeno agricultor às cadeias produtivas, de modo a proporcionar segurança alimentar e nutricional e uma futura comercialização dos excedentes da produção?

1.1() Sim. Indique que ações do programa efetivamente contribuíram para o melhoramento na qualidade de vida dos agricultores familiares

1.2() Não. Indique os fatores que não contribuíram para o alcance dos objetivos propostos pelo programa.

2 Dentre as ações abaixo, indique o grau de efetividade desempenhado pelo programa, que contribuiu para a melhoria na qualidade de vida dos produtores familiares.

Ações	Efetividade				
	Sofrível	Bom	Muito bom	Excelente	Não se aplica
Instalação e distribuição dos kits de irrigação.					
Capacitação, acompanhamento e monitoramento técnico nas áreas rurais.					
Organização dos processos produtivos e de comercialização.					
Valorização do capital humano e da governança local.					
Distribuição de insumos e equipamentos.					
Comprometimento e empoderamento das lideranças locais.					

3 O programa tem apresentado resultados positivos ao agricultor familiar, a ponto de dar continuidade às ações preconizadas, depois de suspensas às atividades de instalação e distribuição dos kits de irrigação?

Sim

Não

3.1 Em caso negativo, indique abaixo quais os motivos que impediram o alcance dos objetivos propostos pelo programa 2029.

Falta de recursos financeiros por parte do governo Federal.

Ineficiência técnica dos kits de irrigação.

Falta de monitoramento e assistência técnica nas propriedades rurais.

Escassez de água.

Falta de apoio municipal na organização dos processos produtivos e de comercialização.

Outros motivos, quais?

- 4 Quais diferenças podem ser constatadas ao comparar o produtor familiar no que se refere ao nível de renda, educação e saúde, após implantação do programa?

Situação / Avaliação	Piorou	Melhorou	Não houve alteração
Renda			
Educação			
Saúde			

- 5 O senhor acha que este programa deve continuar?

5.1() Sim, por que?

5.2() Não, por que?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís - Maranhão.

Centro de Ciências Sociais – CCSO
Departamento de Ciências Contábeis e Administração - DECCA
Curso de Administração - CAdm

APÊNDICE B–QUESTIONÁRIO II

Pesquisa sobre o estudo de caso dos impactos do programa 2029 de Desenvolvimento regional, territorial, sustentável e economia solidária nos usuários do município de Matões do Norte.

Este questionário faz parte de um estudo que está sendo realizado dentro do curso de graduação em administração UFMA para trabalho de conclusão de curso. Este estudo visa identificar os impactos socioeconômicos do Programa 2029 do Governo Federal na qualidade de vida dos usuários localizados no município de Matões do Norte-Ma.

Perguntas direcionadas para os USUÁRIOS do Programa 2029 do Governo Federal.

Variáveis de segmentação da pesquisa / Identificação do domicílio e da família

1. Sexo: () feminino () masculino

2. Endereço residencial- Nome da Propriedade

3. Faixa Etária:

() até 20 anos () de 20 a 30 anos () de 30 a 40 anos

() de 40 a 50 anos () mais de 50 anos

4. Estado civil:

() solteiro(a) () casado(a) () viúvo(a) () divorciado(a) () outro:

5. Tem filhos e/ ou dependentes?

() sim () não

5.1 Se sim, quantos? _____

6. Sabe ler ou escrever?

() sim () não

6.1 Se sim, qual o grau de escolaridade?

() alfabetizado () supletivo () ensino médio incompleto () ensino médio completo () nível superior incompleto () nível superior completo

Características do Domicílio

7. Situação de Propriedade: () Própria () Alugada () Arrendada

() Posse () Outros: _____

8. Tipo de construção: () Tijolo () Adobe () Taipa () Madeira

() Palha () Outros: _____

9. Tipo de abastecimento de água: () Rede pública () Poço/ Nascente

() Água bruta do rio () Açude () Carro pipa () Cisterna de água de chuva

() Outros: _____

10. Tratamento de água para consumo: () Filtro () Fervura () Cloração

() Sem Tratamento () Outros: _____

11. Tipo de Iluminação: () Fornecedora Elétrica () Gerador solar

() Lampião () Vela () Outros: _____

12. Escoamento sanitário: () Rede de coleta pública () Fossa rudimentar () Vala

() Direto para o rio ou lago () Outra forma: _____

13. Destino do lixo no domicílio : () Coleta pública () Queimado ou enterrado na propriedade () Jogado em terreno baldio ou logradouro () Jogado em rio

ou lago () Outro destino: _____

Escala de avaliação do Programa 2029, na qualidade de vida do agricultor familiar

14. Qual a área da sua propriedade

() Inferior a 0,5ha () de 0,5ha a 1ha () Acima de 1ha

15. Qual a sua produção anual antes e após a implantação do programa?

Período	Produção Anual (Kg)									
	Arroz		Mandioca		Milho		Feijão		Outros	
	Qtd	R\$	Qtd	R\$	Qtd	R\$	Qtd	R\$	Qtd	R\$
Antes do Programa										
Depois do Programa										

16. Você recebeu da equipe do programa 2029, o apoio de que necessitava para o desenvolvimento de suas atividades, em que nível?

() Mínimo () Razoável () Grande

17. Qual a renda mensal da sua família?

() Menor que um salário mínimo () De 1 a 2 salários mínimos
 () De 2 a 3 salários mínimos () De 3 a 5 salários mínimos
 () Acima de 5 salários mínimos

18. Como você avalia a sua condição de saúde e de sua família?

() Ruim () Boa
 () Muito boa () Excelente

19. Nos últimos anos, você recebeu algum tipo de recurso externo?

() Sim () Não

19.1 Em caso positivo, qual a origem do recurso:

() Pronaf () Empréstimo pessoal

() Crédito Rural () Outros, quais: _____

20. O dinheiro obtido com a atividade agrícola é suficiente para satisfazer as necessidades básicas de sua família com alimentação, vestuário, saúde e moradia?

() Sim () Não

20.1 Se Não, por que?

21. Você está satisfeito com os kits de irrigação que recebeu do Programa 2029?

21.1 () Sim, por que?

21.2 () Não, por que?

